



# Anais da Assembléia

NºS 44/45

CURITIBA, 10 e 11 DE MAIO DE 1976

ANO II

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA

### ATA DA 61.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1976.

#### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Maurício Fruet.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Werner Wanderer. (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Adalberto Daros, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Deni Schwartz, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Ivan Rüppel, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes. (23)

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomel) - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

##### REQUERIMENTOS:

de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 39/76.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvido o douto plenário, requer seja transcrito nos Anais da Casa, o artigo publicado no "O Estado do Paraná", de 8 do corrente PANORAMA POLÍTICO — "Prejuízo", que ressalta a perseguição política e econômica ao empresário Dr. Paulo da Cruz Pimentel, sendo esta liderada pelos grupos econômicos e políticos, contrários à divulgação e o bem servir à coletividade dos 150 municípios paranaenses prejudicados pela medida tomada.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1976.

(a) Ernesto Gnoato.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Considerando que a histórica Estrada da Graciosa, se conveniente tratada, especialmente no trecho Atuba-Alto da Serra do Mar, seria excelente opção a quem se dirige de Curitiba ao litoral do Estado;

Considerando que, além disso, a referida estrada poderia proporcionar condições melhores para o necessário lazer do povo que vive nos centros urbanos, notadamente em Curitiba;

Considerando, finalmente, que a recuperação e modernização da referida via de ligação atenderia justa reivindicação de elevado número de empresários, grangeiros e produtores agrícolas que atuam na região, bem como de operosos moradores dos municípios de Curitiba, Colombo e Quatro Barras;

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário dos Transportes, Engenheiro Osires S. Guimarães, encarecendo a importância de se executar tratamento superficial ou pavimentação do leito da mencionada rodovia, no trecho Atuba-Alto da Serra do Mar.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1976.

(a) Ezequias Losso

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomel).— Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Conforme pronunciamento do ilustre Deputado Basílio Zanusso, publicado pela imprensa local e mancheteada "Motoristas roubam", está ocorrendo um abuso por parte de motoristas de táxi no sentido de cobrarem além do preço justo e normal de uma corrida.

Como homem público e membro da coletividade, não poderíamos em momento tão desagradável para a classe de motoristas profissionais, ficar omissos a tal fato, solicitando ao DD. Secretário de Estado de Segurança Pública, que determine uma fiscalização mais atuante por parte do batalhão de controle de tráfego, que mantém postos com terminal rodoviário de nossa Capital, com a finalidade de orientar aos usuários que utilizam este importante serviço de utilidade pública.

Esta fiscalização é importantíssima, pois além de manter a ordem, ela também vem dar segurança a nossas vidas.

É evidente, que em todas as classes e camadas sociais, existem dois lados, o positivo e o negativo, mas não temos o direito de ferir e julgar toda uma classe, pelo mau comportamento de apenas um ou dois membros desta classe.

O que precisamos, é tomar enérgicas providências a fim de se punir os culpados, como também, precisamos estar ao lado daqueles que realmente merecem o nosso respeito e apoio.

É necessário que se enalteça o trabalho digno e honrado dos profissionais do volante, pelo serviço que prestam à coletividade, e também, é preciso que se saliente a importante parcela de contribuição que esta classe tem dado em benefício do progresso e desenvolvimento da Nação.

Diante disso, estamos encaminhando requerimento para ser aprovado por este Plenário, a fim de que seja o Sr. Secretário de Segurança, cientificado dessas ocorrências e providencie para que haja um maior controle por parte do pessoal do Batalhão de Tráfego, para que não ocorram maiores abusos por parte de alguns elementos que pretendem sujar o nome dessa classe que merece o nosso apoio e respeito".

Eis o requerimento, Sr. Presidente. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no

sentido de que determine seja exercido uma maior fiscalização por parte do Batalhão de Controle de Tráfego, que mantém postos em nosso terminal rodoviária, com a finalidade de orientar aos usuários que se utilizam desse importante serviço de utilidade pública, para que seja mantida a ordem e também, sejam punidos aqueles que abusam da boa fé pública.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1976.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomel) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.— (Pausa).

Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.— (Pausa).

Não se encontrando presente o Sr. Deputado Muggiati Filho, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, quarto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "É preciso, é imprescindível, é inadiável que as autoridades administrativas brasileiras tomem medidas até drásticas se necessárias forem, para conter a inflação, para estancar ou sufocar o excesso de liberdade que se concedem às empresas públicas e privadas, principalmente as chamadas multinacionais que opera livre e escandalosamente neste País, prevaricando o progresso cultural e econômico da gente brasileira.

Nunca e em nenhuma oportunidade a inflação, nesta Nação, foi tão desenfreada como nestes últimos anos.

O operário brasileiro ante a decretação da nova taxa do salário mínimo já estava subsistindo com a metade da ração necessária a uma alimentação rudimentar, porém consubstanciada pelo menos no peso exigido à alimentação normal; agora, a partir de primeiro de maio, segundo cálculos de preços de produtos alimentícios o operário, por enquanto, não se sabendo por quantos dias, o máximo algumas semanas, terá que se contentar com um terço da alimentação que o seu organismo exige para ficar de pé, e considerar-se alimentado.

No dia 30 de abril, às vésperas do "Dia do Trabalho", um motorista de frota, com quem eu me transportava, me dava a seguinte informação: sou pai de 4 filhos, sou empregado de uma firma onde trabalho 8 horas diárias, recebo como pagamento o SALÁRIO MÍNIMO, minha esposa, trabalha para uma firma de limpeza na Capital, ganha em média Cr\$ 10,00 por 4 horas de serviços diários; até a meia noite de todos os dias, trabalho como condutor de passageiros mediante o pagamento do aluguel do veículo que pertence a uma firma desta Capital — Somando todo o sacrifício, meu, de minha esposa, e porque não dizer, de nossos filhos, não chegamos a um teto de Cr\$ 1.800,00; no dia 26 deste mês, diz o motorista (lamuriando), vencido o meu contrato de aluguel, uma meia água com 4 peças, o proprietário levou-me o novo contrato para assinar aumentando de Cr\$ 400,00 para Cr\$ 600,00, se desculpando da sua tomada de posição, e esclarecendo que o fato era decorrente da desvalorização violenta de nossa moeda, justificando acima de tudo que a Prefeitura dobrou o lançamento de impostos sobre a referida propriedade, a TELEPAR exorbitou nos custos das taxas telefônicas, a SANEPAR reajustou violentamente as taxas correspondente ao fornecimento de água e esgotos, a COPEL, dia a dia majorava os avisos de cobrança de energia, os médicos tinham elevado os preços das consultas e os medicamentos subiram a cada dia que passou durante o ano anterior, acrescentando que procedia daquela forma, contra a sua própria vontade, mais que como homem de pequeno patrimônio, teria que majorar o aluguel em 50 por cento para fazer face a pelo menos uma parte da exorbitância verificada no custo de vida nestes últimos doze meses, e, acrescentou o locador, se o Sr., encontrar uma outra casa, por menos, pode alugar, lamento não poder alugá-la pelo mes-

mo preço do ano passado.

Finalizou o motorista balcuciando (fazer o que? ...), o proprietário da casa que eu moro, estava cheio de razões, eu não encontraria outra casa por menos, o jeito é aceitar.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS.

Realmente a inflação exige dos homens responsáveis deste País, tomada de posição firme e desprendida, se olharmos o desastre social que tem registrado a inflação galopante nestes últimos doze anos, sentimos que o povo brasileiro está totalmente derrotado nas suas esperanças, o fato vem sistematicamente derrotando as esperanças nacionais.

Toda a economia brasileira redundante do trabalho da NAÇÃO inteira nestes últimos anos, tem sido carreada sistematicamente a um pequeno grupo que são ricos e se tornam cada vez mais ricos, enquanto a multidão produtora em todos os setores de atividades humana, são pobres e cada vez mais pobres.

Há tempos atrás, poderia se dizer que, o ano econômico não coincidia com o ano civil ou político, entretanto agora, pode se afirmar que seja qual for a data do ano civil ou político, seja o acontecimento registrado a qualquer dia da semana, mês, ou ano, coincide perfeitamente, porque a inflação galopante, se registra dias e noites, horas e minutos, segundos e momentos.

É comum, no Parlamento a representação do Governo, na sua atividade de advogados de defesa, afirmar que a Oposição denuncia os fatos, entretanto não oferece os meios para a resolução dos problemas; meios e caminhos têm sido oferecidas e sabiamente ensinados pela Oposição, entretanto, esses ensinamentos não são acatados nem mesmo para o processamento de estudos e aprimoramento da idéia oferecida.

Há poucos dias, a Oposição no Parlamento alto desta NAÇÃO indagará ao SENHOR PRESIDENTE do INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ sobre as importações de café que o Brasil está efetuando de Angola e, informações sobre a exorbitância do preço do café moído para o consumo interno, além de não obter daquela autoridade responsável pela economia mais importantes deste País, as respostas a indagação, receberam os parlamentares, resposta marota sobre o expediente, numa demonstração de que a consciência de responsabilidade de homens responsáveis pela própria vida do povo brasileiro, esta a quem da realidade nacional ... triste realidade nacional.

Se não é fácil estabelecer o método para combater o mal terrível da inflação neste País, não é impossível primar - se por um ponto de partida que indiscutivelmente se estabelecerá o início da caminhada gloriosa, talvez longa e penosa batalha, porém assegurada de pleno êxito na busca da liberdade econômica do povo brasileiro.

Ninguém poderá se apresentar neste campo como GENERAL COMANDANTE, senão o Presidente da República e o Congresso Nacional.

Não se trata de milagre, SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS, ainda mais porque o chamado MILAGRE BRASILEIRO, está por demais desacreditado, trata sim, de uma tomada de posição heróica e de brasilidade, de um novo GRITO DE LIBERDADE, liberdade de uma NAÇÃO que esqueceu as suas portas abertas ao capitalismo internacional, e as MULTI-NACIONAIS que arrancam a alma e o sangue do povo brasileiro, e como homem responsável por uma parcela do povo, permito-me a mais uma vez dizer, que, o povo brasileiro está passando fome, o povo brasileiro, está submisso à miséria, o povo brasileiro não tem mais condições de se alimentar, portanto não tem condição de trabalhar e muito menos cultivar para se desenvolver.

Qual seria a meta a ser tomada como ponto de partida na batalha contra a inflação e em busca da liberdade da gente brasileira? a nosso ver ... Não existe outro caminho, o ponto de partida deve ser, mais equidade na distribuição das rendas,

os que ganham muito, devem ganhar menos, e os que ganham menos devem receber mais um pouco.

Podemos comparar a RENDA BRUTA NACIONAL, como um grande bolo produzido anualmente por cem milhões de brasileiros subdivididos em toda espécie de atividade humana, qualificando para exemplo, as atividades como se fossem cada uma delas um ingrediente que faz parte ativa do componente na formação do chamado bolo, podíamos afirmar, que todos, trabalhando nesta ou naquela profissão produziram para a feitura desse bolo anual, de economia nacional, seria justo, que a sua divisão fosse procedido de forma equitativa, que o operário que constrói a grandeza nacional, participe dessa grandeza, tendo para si e para a sua família, bons vencimentos, escolas, assistência médica hospitalar de fato, casa e vestimenta condizente e alimentação sadia para a sua prole.

O comerciante de pequeno e médio porte, deixasse de ser vítima permanente dos verdadeiros achaques tributários e fiscais, que gera na constância da inflação desenfreada e vergonhosamente o desentusiasmo e o detrimento ao próprio desenvolvimento.

Que o fazendeiro, passe a acreditar na responsabilidade do Governo em assegurar o valor do desenvolvimento de sua atividade tanto na AGRICULTURA como na PECUÁRIA; o lavrador e pequeno proprietário seja de fato amparado pelo Governo, contra as investidas dos grupos financeiros e agentes de capitais que o empobrecem e lhes tiram o entusiasmo para o trabalho do dia a dia, na tarefa de produzir a alimentação necessária para manter a NAÇÃO de pé, e capaz de marchar a passos largos para a sua verdadeira liberdade.

Incentivo às empresas brasileiras para mais produzir e acender mais depressa ao alto ponto de liberdade econômica nacional.

Enfim apóio e liberdade às classes laboriosas deste País, e acima de tudo, a distribuição com JUSTIÇA aos brasileiros, das rendas produzidas.

O mais importante do primeiro passo, devemos qualificar, nesta oportunidade, deve e tem que ser, a atitude austera e inarredável do Governo, em através da legislação do Congresso, proibir de imediato as facilidades que são dadas aos grupos capitalistas estrangeiros operante neste País, em transportarem os lucros para as suas fontes de origem, que ganhem aqui quanto quiserem e quanto puderem ganhar, mas que apliquem aqui, para que os benefícios das riquezas alcançadas em nossa Pátria, sirvam para o enriquecimento da gente brasileira, ampliando-se o mercado de emprego, e portanto oferecendo através do desenvolvimento, a evolução de nosso querido BRASIL.

SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS.

No recente primeiro de maio houve o reajuste costumeiro do salário Mínimo brasileiro, 44 por cento de aumento, correspondendo a menos de 4 por cento ao mês, em primeiro de maio de 1975, na mesma data, a gasolina produto estatal brasileiro, custava 64 por cento menos que neste primeiro de maio, o custo de vida de forma geral teve no período 52,5 por cento de aumento global, e os alugueres exorbitaram-se, e o novo aumento no Comércio e na Indústria já se faz perceber.

As taxas de tributação principalmente na área dos Governos Municipais, tiveram alta até de 500 por cento em alguns casos, principalmente naquelas a que se refere Imposto Territorial Urbano, Predial e taxas de expediente.

As empresas fornecedoras de água, luz, telefone etc. majoraram de forma violenta a prestação de tais serviços nos doze meses correspondentes, enfim, enumerar os fatos é humanamente impossível, entretanto é de conhecimento das autoridades responsáveis desta NAÇÃO."

Pelo exposto, SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS, nesta oportunidade, usando dos direitos e prerrogativas que me são conferidas, submeterei à apreciação do Plenário, requerimento de sugestão ao Exmo. Sr. Presidente

da República, para combater inflação brasileira, embora a longo prazo, usando como ponto de partida o que sugerimos: (Lê):

## "REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei, e tendo em vista a proliferação violenta da inflação brasileira, que, de ano para ano se torna insustentável, impertinente e acima de tudo destruidora da nutrição, da habitação e das condições de cultura e própria da subsistência do povo brasileiro, vem mui respeitosamente, submeter à apreciação do DOUTO PLENÁRIO deste PARLAMENTO, o seguinte requerimento de sugestão ao EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

- a) Proibição tácita às empresas de capitais operantes no País, advindas de outras Nações, em carrearem para as suas origens mais do que cinco por cento dos lucros alcançados em suas atividades no TERRITÓRIO NACIONAL, sob qualquer forma.
- b) Estabelecer penas contundentes e correspondentes às inflações, às empresas estatais, para - estatais de economia mista ou por qualquer forma ligadas ao PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ESTADUAL ou FEDERAL, em majorar, tributos, prestação de serviços ou fornecimento de produtos por eles beneficiados, industrializados ou produzidos de qualquer forma acima dos reajustes salariais observando os períodos.
- c) Estabelecer participação nos lucros das empresas de forma equitativa e regulamentada por Legislação Federal com aplicação em todo o território nacional.
- e) Caçar através de Lei complementar os direitos das entidades públicas e particulares em aplicar correções monetárias sobre débitos inferiores a Cr\$ 5.000,00, bem como facilitar a execução fiscal de forma gratuita sem onerar o devedor com as despesas de honorários de advogados ou custas de cartórios.
- f) Proibir as taxas burlescas aplicadas pelos estabelecimentos de créditos particulares ou estatais contra os financiados para a Indústria, Comércio e Lavoura.
- g) Estabelecer tabela oficial de vencimentos aos servidores públicos de todas as áreas, não permitindo qualquer ampliação de valores, senão o aumento de 20 por cento sobre o valor fixo quando o funcionário exercê-lo como cargo de chefia.
- h) Exterminar qualquer tipo de participação nos lucros quando se tratar de indústria estatal ou para-estatal.
- i) Conceder anistia através do BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO aos mutuários de casas populares ou financiados cujas parcelas não ascenda a Cr\$ 1.000,00 mensais referente a juros e correção monetárias.
- j) Ampliar para um salário mínimo a pensão ou aposentadoria menor concedida pelo INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL e por todos os órgãos previdenciários devidamente ligados ao Ministério do Trabalho.
- k) Estabelecer preços mínimos para os produtos da lavoura nas entre-safras e financiar os lavradores de pequeno

porte através dos bancos oficiais a juros de 6 por cento e sem qualquer outras taxas ou aumento sobre o capital aplicado.

- l) Permitir e determinar o atendimento médico-hospitalar, amplo e sem burocracia aos filiados ao INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, instituindo obrigatoriedade aos médicos e hospitais em dar atendimento ao beneficiado mediante a apresentação de carnê que deverão lhes ser fornecidos por período de 12 meses.
- m) Proporcionar os mesmo benefícios constantes da letra "L" a todos aqueles que se encontrarem devidamente inscritos em qualquer órgão previdenciário filiado ao Ministério do Trabalho.
- n) Estabelecer os aumentos de alugueres comerciais e residenciais na base não superior a 20 por cento ao ano. Quando o índice do aumento salário mínimo for inferior ao valor estabelecido, aplicar-se-á o valor correspondente ao reajuste aos alugueres.

Eis aí, SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS, o nosso REQUERIMENTO de Sugestão ao EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, como ponto de partida para se estabelecer a primeira caminhada ao combate à inflação brasileira.

Aprovado o presente, requeremos seja anexado ao requerimento, cópia de nosso pronunciamento.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1976.

(a) Lúcio Machado."

Eis aí, Sr. Presidente, o nosso requerimento sugestão ao Sr. Presidente da República.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Lúcio Machado, estou acompanhando com atenção o discurso de V. Exa.

E, neste momento, vou deixar de fazer comentários, porque tenho ouvido falar muito em inflação, na situação difícil que passa o País.

Assim sendo, resolvi fazer pesquisas a respeito desse assunto, e amanhã falarei sobre a inflação e as medidas que o Governo vem tomando a fim de poder dar melhores condições ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. LÚCIO MACHADO** — Agradeço o aparte de V. Exa.

Nobre Deputado, naturalmente há uma preocupação por parte de todos os Representantes do povo, desde os Vereadores, nas Câmaras Municipais até o Congresso Nacional, uma preocupação acentuada nestes últimos meses.

Dá até a impressão, ilustre Deputado, que uma taça apocalíptica foi lançada neste País, porque o Governo brasileiro sentindo, sabendo e não desconhecendo que o petróleo é a fonte básica do estacionamento, da proliferação, ou da diminuição, do custo de vida, porque ele representa, acima de tudo, o transporte das economias e dos recursos nacionais, o transporte das produções das fontes brasileiras às consumidoras.

Mas, sabendo tudo isso, as autoridades brasileiras promovem a majoração do custo deste produto de produção estatal, na constância do ano, numa exorbitância das mais violentas, criando, conseqüentemente, a disparidade econômica que constitui e constituirá a miséria do povo brasileiro, criando o problema social aviltante que tem alcançado, nestes últimos anos, uma proliferação das mais violentas.

Crimes de todas as ordens e de todas as naturezas; pros-

tuição galopante que sabemos porque sentimos, ocorrida por necessidade econômica, ocorrida por necessidade da própria subsistência.

Realmente, esperamos que V. Exa. venha a esta tribuna, no Grande Expediente, como acabou de anunciar há pouco, para trazer algum pronunciamento que, de qualquer forma, chegam ao Sr. Presidente da República, cheguem às autoridades responsáveis pelo bem estar comum desta Nação brasileira, no sentido de levar algum meio de solução deste problema cruciante, deste derrame da taça apocalíptica que falamos.

Talves, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este nosso pronunciamento, bem como este nosso requerimento, não será sequer lido por S. Exa. o Sr. Presidente da República, não seja sequer lhe dado conhecimento, não seja nem sequer mandado arquivar para que a história conte da nossa participação no futuro.

Mas, aqui está a manifestação da consciência de um povo do povo brasileiro que se encontra empobrecido e miseravelmente esmagado no atual plano administrativo da Nação.

Espero, Sr. Presidente, e tenho certeza que cumpri, com este meu pronunciamento, pelo menos, uma parcela do meu dever de representante do povo paranaense e por isto me sinto satisfeito por ter cumprido esta parcela do meu dever.

Assim, terminando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo aqui os meus requerimentos pela paciência que tiveram, que sempre tiveram em ouvir aquele que fala em favor dos problemas do povo brasileiro.— (Sem revisão do orador)

**O SR. PRESIDENTE (Del Ciel)** — Queremos anunciar a presença neste plenário e a visita dos Srs. Deputados Federais Álvaro Dias e Fernando Gama, que honram esta Casa neste plenário, assim como a presença do ilustre Sr. Deputado Norton Macedo que, na oportunidade, também, se faz presente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Sr. Presidente, estando inscrito para falar no Grande Expediente da sessão de amanhã, declino, hoje, da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Del Ciel)** — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

**O SR. GABRIEL MANOEL** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Novamente estamos nesta tribuna, desta feita para nos parabenizarmos com o Deputado paranaense da bancada do M.D.B., ex-funcionário desta Casa, Deputado Antônio Anibelli, quando aquele moço luta para que haja paz, haja tranquilidade no problema de trânsito de todo o nosso Brasil.

Qual não foi a nossa surpresa ao vermos as palavras daquele jovem paranaense quando solicita, em um requerimento, para que os guardas de trânsito, os guardas que orientam o trânsito das nossas metrópoles andem desarmados.

E é neste instante, quando vemos Deputados com a cabeça no lugar lutando para que haja tranquilidade para o povo brasileiro, que iremos ler apenas uma nota do jornal a "GAZETA DO POVO".

"DESARMAR GUARDAS DE TRÂNSITO

Se os guardas de trânsito permanecem armados durante todo o dia desnecessariamente, eles se constituem, no momento em que terminar o seu expediente, em uma perigosa ameaça para a população, uma vez que centenas de homens que portam armas e que podem ser irritados ou provocados, no retorno às suas casas".

Com estas palavras, o jovem Deputado Antônio Anibelli justificou, à reportagem, o seu projeto apresentando na Câmara Federal, visando desarmar os guardas de trânsito que trabalham

nas zonas centrais dos centros urbanos do País.

Os nossos parabéns a este jovem que olha sem demagogia para o povo, que olha lutando pelo bem estar e tranquilidade de uma população ...

Agora também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos apenas fazer uma breve observação sobre o discurso do nosso companheiro, da bancada do M.D.B., Deputado Lúcio Machado.

Este moço trabalhador que veio à tribuna do povo para falar em petróleo, sem saber que petróleo, que esta sua alta astronômica está havendo em todos os países, e mesmo nos países super-desenvolvidos como os Estados Unidos, Japão e Inglaterra, porque o petróleo é derivado das nações árabes que, com isto, monopolizam todo o mercado internacional.

Não cabe culpa ao Governo do Brasil, não cabe culpa a governo algum, desta alta astronômica do petróleo.

Como poderá o esquema do Governo Geisel controlar o preço de um fenômeno internacional?

Então, nós poderíamos e gostaríamos de alertar o povo, contra os falsos Messias, os Messias que vêm a esta tribuna dizer que o feijão está caro e, vão lá no Interior dizer ao lavrador, que estão vendendo os seus cereais a preços irrisórios.

Se o feijão está caro aqui, é porque o lavrador está recebendo o preço do feijão, de uma forma mais ou menos compensadora.

Como poderá S. Exa. receber um requerimento da Assembléia Legislativa do Paraná para que controle o preço do petróleo?

Seria uma desmoralização e um atestado de burrice da nossa Assembléia, uma falta de capacidade dos nossos assessores.

Que sabe o povo do Paraná que embora no Brasil o petróleo esteja caro, que, embora haja desnível entre o poder aquisitivo, sabe também o povo que nós aqui estamos num mar de tranquilidade, e não é com tirada demagógica que nós vamos iludir o nosso povo.

Vejam os Senhores, os países que limitam com o Brasil, vejamos a Argentina, que até hoje está no cáus social.

A Argentina, que tem 99 por cento de autonomia petrolífera, nós vemos aquele País completamente na baderna; nós vemos a Argentina e outros países.

E vendo isso, é preciso que se pense e que se diga, que o Brasil é um dos países mais bem administrado da América do Sul.

É porisso, que somos contra a sugestão do nosso colega Lúcio Machado.

Vamos apresentar, por intermédio da Assembléia Legislativa, um requerimento onde se pede para o Governo baixar o petróleo?

Se o petróleo, é um fato internacional, se as sub-potências não conseguiram controlar a alta de preços irá por exemplo, o Presidente Geisel, mandar que se baixe o preço do petróleo.

O nosso petróleo é caro, mas nós aqui, estamos em tranquilidade, aqui não tem baderna, como tem nos outros países da América do Sul, onde o petróleo é mais barato.

E é porisso, que queremos discordar do Deputado Lúcio Machado, quando ele vai no interior dizer para o lavrador que está vendendo o seu produto a preço irrisório, e vem, como fez na semana passada, dizer que o feijão está caro e que o pobre operário não pode comer o feijão.

E é por isso que nós precisamos, Sr. Presidente, votar contra, e mais uma sugestão: Este requerimento deveria ser arquivado, porque não é o Presidente Geisel e não será o Presidente Ford que irá controlar o petróleo.

O preço do petróleo, sabem os Srs. Deputados melhor que eu, saiba Sr. Presidente, e saiba todo o Paraná, é controlado por um sistema internacional, que faz parte deste mistério.

E que embora muitos não queiram, mas hão de reconhecer que um país democrático como o Brasil que é um espelho

da democracia, como disseram ao Presidente Geisel na França e na Inglaterra: o Brasil hoje, não é a baderna de antes de 64, o Brasil de hoje, é o Brasil dos brasileiros que tem democracia cristã.

E é por isso que nós gritamos, quando vemos um colega nosso procurar impingir à estrutura arenista a alta do petróleo. Impingir à estrutura arenista porque o feijão está muito caro.

Quisera Deus, que o feijão estivesse cinco vezes mais caro para que aqueles colonos de mãos calosas, tivessem vontade de trabalhar, trabalhar por esta grande Nação, como dissemos, por este celeiro do mundo, que é o Brasil.

Porque nas últimas estatísticas, há previsão de fome nos Estados Unidos; há previsão de fome na China Comunista, há previsão de fome na Rússia, o grande país produtor de cereais, e o único país onde não há previsão de fome, é o Brasil.

Exportamos soja, milho, sorgo e arroz, para mitigar a fome daquele povo, daqueles nossos irmãos que não hão de passar fome, porque o Brasil há de estar presente.

Presente em todos os momentos, presente na democracia, presente na tranquilidade, presente para dizer um "basta" à demagogia.

Presente, para que o Deputado não mande baixar o preço do petróleo, quando nós sabemos que é impossível.

Muito obrigado, Sr. Presidente, (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para trazer à Casa auspiciosa notícia do convênio firmado pela manhã, no Palácio Iguaçu, entre a TELEPAR e os municípios de Ipiranga, Ivaí, Manoel Ribas e Cândido de Abreu para a instalação de redes telefônicas nestas importantes cidades da região Noroeste do Estado, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Desejo, na oportunidade, louvar o esforço que tem sido desenvolvido pelo Governo Jayme Canet Jr., no sentido de conceder aos municípios interioranos aquelas condições excepcionais de progresso, não só no setor da comunicação vital para a economia de toda uma região, mas, por igual, nos setores de transporte, de educação, de saúde pública e de segurança, o que vem assegurando o Banco de Desenvolvimento do Paraná em seu todo, já que os municípios, segundo moderna conceitualização, são as células vivas do Estado.

Apraz-me também, enaltecer a dedicação do Sr. Dr. Noel Logo Guimarães, digno Secretário do Interior, interiormente dedicado às importantes tarefas que lhe são atribuídas, destacando-se como um dos mais esforçados auxiliares da administração direta do Governo Jayme Canet Jr.

Também felicitar ao Sr. Dr. Renato Johnsson, Presidente da TELEPAR, cuja capacidade de trabalho e inteira probidade são reconhecidos e proclamados.

Finalmente, Sr. Presidente, quero testemunhar a gratidão dos moradores dos municípios ora beneficiados com a assinatura do importante convênio, agora mais perto de tudo e de todos, tão logo se concretizem as ligações telefônicas aqui por nós anunciadas.

Sr. Presidente, como me restam alguns minutos para fazer uso desta tribuna, quero, não evidentemente fazer uma crítica, mas levar ao conhecimento de nossos colegas da Câmara Federal através desta Casa, o nosso repúdio, pois quando visitamos a Câmara Federal não somos recebidos, muito pelo Contrário, somos barrados na entrada que dá acesso ao plenário.

Quando eles nos visitam, nossos colegas federais têm toda a liberdade, têm todo o acesso a este plenário. às nossas cadeiras e a imprensa credenciada da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está à sua disposição para que aqui eles prestem contas de seu trabalho lá em Brasília, ao povo que os elegeu.

Portanto, aqui fica, Sr. Presidente, não uma crítica, mas um lembrete aqueles nossos colegas para que melhor nos recebam, para que melhor recebam seus colegas estaduais, quando são visitados por eles em Brasília.

**O Sr. Lázaro Dumont — V. Exa. permite um aparte?**

(Assentimento)

Nobre Deputado Jurandir Messias, inicialmente gostaria de me congratular com V. Exa. por ter trazido a esta Casa, no dia de hoje, um pronunciamento destacando o esforço do Governo do Estado do Paraná juntamente com a TELEPAR, de levar a todos os municípios do Paraná, pelo menos, um canal telefônico, a fim de que esses municípios não se sintam tão isolados como o foram até o momento.

V. Exa. citou vários municípios que representa nesta Casa, mas acredito que todos os Deputados estão satisfeitos com a extensão desses serviços em seus municípios.

Deve acrescentar mais alguns: é o caso de Guaraqueçaba, a tão esquecida Guaraqueçaba, Iritama, Ortigueira, Reserva, Quitandinha e muitos outros municípios que estiveram representados por Srs. Deputados no Palácio Iguaçu e que receberam, juntamente com os Prefeitos daqueles municípios, com grande alegria, o atendimento àquela reivindicação tão antiga.

Por outro lado, nobre Deputado, devo dizer a V. Exa. que estive, há oito dias, em Brasília, e por duas vezes, no Congresso Nacional, em visita a Deputados nossos amigos.

E tive ocasião de presenciar que os Deputados estaduais somente podem ficar nas galerias, não têm os privilégios de adentrar ao plenário.

E o que acontece aqui é justamente o contrário: os Deputados federais têm toda a liberdade que realmente merecem.

E esse exemplo da cordialidade da Assembléia Legislativa do Paraná podemos verificar, neste momento, em que se encontram, neste plenário, os Deputados Álvaro Dias e Fernando Gama, que estão junto aos jornalistas da Casa, dando suas notas.

Ainda há pouco, também estive o Deputado Norton Macedo, conversando conosco.

E essa falta os Deputados federais já sentiram, como sentiram a cordialidade desta Assembléia, onde todos são bem recebidos, recebidos com toda cordialidade, enquanto que, no Congresso Nacional somos barrados na entrada, os porteiros não nos permitem a entrada.

Faço esse apelo aos Srs. Deputados Federais que aqui se encontram, a fim de que nós, Deputados estaduais, possamos adentrar ao recinto sagrado dos nobres Deputados federais.

Muito obrigado.

**O SR. JURANDIR MESSIAS.**— Agradeço o aparte ilustre Deputado Lázaro Dumont.

E aproveito, já que V. Exa. declinou os nomes, fazer um apelo especial ao nobre Deputado Álvaro Dias, para que ele, juntamente com os demais colegas, transmita, lá em Brasília, o nosso apelo.

**O SR. PRESIDENTE (Del Ciel).**— Nobre Deputado, tão somente para esclarecer, em função do pronunciamento de V. Exa. e do aparte do nobre Deputado Lázaro Dumont; ainda há poucos instantes, juntamente com o Deputado Lázaro Dumont, dialogávamos com os Deputados Álvaro Dias e Fernando Gama e Norton Macedo, e pudemos constatar a preocupação presente em meio a nossos parlamentares federais, que já estão elaborando um projeto de resolução - que me parece ser de autoria do Deputado Gamaliel Galvão - visando normalizar e criar condições para os eminentes Deputados estaduais, de toda a Nação brasileira, tenham acesso ao plenário da Câmara dos

Deputados. Assim sendo, queremos renovar o convívio que esta Casa sempre teve, conforme V. Exa. pode observar, a satisfação deste Poder quando recebe parlamentares paranaenses e de outros Estados da República Federativa do Brasil que frequentemente honram esta Casa, este Poder com suas presenças. Isto foi somente para esclarecer.

**O SR. JURANDIR MESSIAS** — Agradeço a interferência do ilustre Presidente desta Casa, Deputado Del Ciel, e estarei à disposição de V. Exa. Sr. Presidente e dos demais Deputados Federais para o diálogo.

**O Sr. Lúcio Machado.**— V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Jurandir Messias, apenas pedi o aparte para que pudesse, nesta oportunidade, dizer a V. Exa. e principalmente ao ilustre aparteante de V. Exa., Deputado Lázaro Dumont, que, antes da preocupação de instalação em massa de novas unidades de telefones nos municípios, deveríamos nos preocupar com a situação econômica financeira da TELEPAR.

Segundo o que publicou ontem o jornal "Diário Popular", a TELEPAR esconde a sua dívida de milhões.

Permito-me ler este tópico:

"O Sr. Renato Johnsson, Presidente da TELEPAR, a sua gestão foi a mais desastrosa possível, e já não somos nós que fazemos esta afirmativa.

Há pouco tempo atrás importante autoridade publicava que a situação deficitária da Companhia, presidida por esse jovem e infeliz advogado, era tão grave que seria necessário um grande apoio financeiro do Governo Federal para salvar a TELEPAR de insolvência.

Quem foi o responsável por esse descalabro que envergonha o Paraná?

Apenas o ilustre jovem, um Bacharel com certeza especializado em comunicações.

Mas, ninguém sabe como o esforçado jovem que se formou em direito teve a felicidade de galgar ao alto posto de dirigente de uma importante empresa de telecomunicações.

Em quanto montam os prejuízos da TELEPAR?

Quem é o responsável pela má administração da empresa?

Quanto afinal deve a TELEPAR?

Ninguém e parece que a alta cúpula tudo está fazendo e vai fazer para que não chegue ao conhecimento dos paranaenses as cifras astronômicas da dívida contraída justamente na atual gestão.

As respostas às perguntas são sempre consideradas em segredo e são conservadas em quatro paredes".

Vede, nobre Deputado, que há pouco saímos dessa tribuna, ocasião em que procedemos uma denúncia sobre fatos de companhias ligadas ao Governo, que participam efetivamente no empobrecimento da Nação brasileira.

Parece que os homens responsáveis pelo próprio dinheiro do povo, pela própria economia deste País, em vez de saber como vão as coisas nesses Departamentos de prestação de serviços ligados ao Governo, ligados à economia do Governo e portanto à economia do povo estão entusiasmados, estão encantados com as instalações e mais instalações, sem ver o perigo eminente que está aí, porque dívida de Governo, nobre Deputado, quem paga é o povo.

E saiba V. Exa. que o povo não tem mais condições de pagar, porque o povo está morrendo à mingua.

**O SR. JURANDIR MESSIAS** — Agradeço, nobre Deputado Lúcio Machado.

Realmente, eu também havia lido esta nota deste matutino, que merece todo o meu crédito de confiança e não é por isto que eu deixaria, Deputado Lúcio Machado, de fazer,



de público, o meu agradecimento, o agradecimento dos municípios dos municípios que tenho a honra de representar.

E. V. Exa. há de convir também, que, o poder acionário da TELEPAR, de diversos meses para cá passou para o Governo Federal; então, se realmente existem estas dívidas, elas deverão ser conferidas.

Não quero, absolutamente, aqui, criar uma polêmica com qualquer matutino desta cidade ou deste Estado, mas tenho a certeza que a situação financeira da TELEPAR é das melhores.

Porque V. Exa., como eu, e como a Casa, tem conhecimento que estes convênios são firmados na base de 50 por cento sobre as despesas da TELEPAR, e, 50 por cento, sobre as despesas dos municípios.

Portanto, é no meio.

E se a TELEPAR estivesse, como menciona V. Exa., em situação tão difícil, não teria condições mínimas de firmar estes convênios e de levar, a todo o Interior do Estado do Paraná, o seu sistema de telefones, monocanal.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte?  
(Assentimento)

Sr. Deputado, apenas para uma revisão: quem afirma não sou eu, quem afirma é o "DIÁRIO POPULAR", conceituado jornal desta Capital.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Eu já disse, nobre Deputado, que o jornal que publicou merece todo o meu crédito de confiança.

Mas eu faço questão, Deputado, de esclarecer que, se a TELEPAR vem firmando estes convênios é porque ela tem recursos.

E mais: V. Exa. também, como eu, tem conhecimento que este material é todo ele importado da Itália, portanto, ele antes de ser embarcado tem de ser pago e, se ele é pago é porque a TELEPAR tem dinheiro para pagar.

Quero ainda me reportar ao aparte do eminente Deputado Lázaro Dumont, para pedir escusas à Mesa, eis que não foi totalmente uma omissão de minha parte não mencionar os seus municípios, municípios que V. Exa. tão bem representa, e que também participaram do convênio firmado, na manhã de hoje no Palácio Iguaçu, mas achou este Deputado que, fosse, ou seria, uma intromissão citar aqueles nomes dos seus municípios, desta tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 35/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 58/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Esperança, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.— Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.—

O SR. LÚCIO MACHADO (Pela Ordem). Sr. Presidente, pediria que se conferisse o quorum para se proceder a votação das matérias constantes da Ordem do Dia, em chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel). Esta Presidência defere a questão de Ordem do Deputado Lúcio Machado e solicita

ao Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — (Procede a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Responderam a chamada nominal 27 Srs. Deputados.

Não há quorum para votação. Vamos colocar em discussão a matéria constante da Ordem do Dia.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Resolução 35/76.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 36/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 59/76, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Guaraniacú, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 04/76, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras Rotarianos de Irati CASRI, com sede em Irati. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do PROJETO DE Lei 22/76, oriundo da mensagem 24/76, do Poder Executivo, dando nova redação ao Anexo II da Lei 6119 de 20/6/70, que dispõe sobre o Quadro Próprio do Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado. Parecer favorável da CCJ., com SUBSTITUTIVO GERAL, abrangendo a EMENDA 01 e CONTRÁRIO à EMENDA 02, de Plenário, por unanimidade. Parecer da C.F. favorável ao SUBSTITUTIVO GERAL da CCJ e também CONTRÁRIO à EMENDA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.— Encerrada a discussão

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 31/76, de autoria dos Deputados Ivo Thomazoni e Dácio Leonel, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial de Londrina, com sede em Londrina. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 37/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 62/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Francisco Beltrão, objetivando construção de prédio destinado ao Centro de Saúde com sede no referido município. Parecer favorável da C.C.J. por unanimidade.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 38/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 64/76, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Itararé, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antonio Delfino Fragozo, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 05/76, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Associação Bem Estar Jardim Paranaense, com sede e foro nesta Capi-

al. Parecer favorável da C.C.J. por unanimidade — Em discussão  
Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de lei 11/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de Utilidade Pública a Ordem Franciscana Secular — Fraternidade da Igreja do Senhor Bom Jesus, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. por unanimidade. Em discussão. — Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 15/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Os Mensageiros da Paz, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA — Em discussão. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI 15/76  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Espírita "Os Mensageiros da Paz", com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1976.

a) ACCIOLY NETO

A entidade que pretendemos através do presente Projeto de Lei, seja declarada de Utilidade Pública, foi fundada em janeiro de 1964, estando em funcionamento ininterrupto desde esta data. Presta relevantes serviços à coletividade, de maneira totalmente desinteressada, voltada apenas para o bem comunitário, sem qualquer propósito ou fim lucrativo.

Os membros de sua Diretoria não percebem qualquer remuneração, ou vantagens pecuniárias em razão de seus cargos.

Assim verifica-se que a Sociedade Espírita "Os Mensageiros da Paz", com personalidade jurídica própria, preenche todos os requisitos legais necessários à sua declaração de utilidade pública, previstos na Lei 91, de 28 de agosto de 1935, e Decreto 60931, de 04 de julho de 1967, bem como da Lei Estadual 4.399, de 17 de agosto de 1961.

Daf o plano de lei que ferecemos à elevada apreciação de nossos pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI 15/76

De autoria do nobre Deputado Accioly Neto, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública, a Sociedade Espírita "Os Mensageiros da Paz", com sede nesta Capital.

Inegavelmente, a entidade acima presta relevantes serviços à coletividade, de maneira desinteressada e sem o mínimo propósito de lucros. Preenche, desta forma, todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria, e não fere nenhum dispositivo de natureza constitucional ou legal.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a importância de se executar tratamento superficial ou pavimentação do leito da rodovia trecho da "Estrada da Graciosa". — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoa-

to, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o artigo publicado no "Estado do Paraná", de 08 do corrente, "Panorama Político", sob o título — "Prejuízo". — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que determine seja exercido uma maior fiscalização por parte do Batalhão de Controle de Tráfego, que mantém postos em nosso terminal rodoviário. Em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 35/76, 36/76. e dos Projetos de Lei 04/76, 22/76, 31/76.

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 37/76, 38/76, e de Lei 05/76 e 11/76.

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 15/76.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 236/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3416, de 03 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar a funcionária GENEROSA MAISTRO, ora à disposição deste Poder Legislativo, em conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento sobre seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 237/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2249, de 30 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar o funcionário MAXIMINIO CARDOSO, matrícula 573, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de maio de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 238/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de



suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3445, de 03 de abril de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar o funcionário ERNESTO COSTA DE SOUZA, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de maio de 1976.

**PORTARIA Nº 240/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

prorrogar, por prazo indeterminado, a Portaria 294/75, de 04 de junho de 1975, que designou o funcionário IVO MACHADO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado ENÉAS FARIA, percebendo gratificação correspondente a 16,67 (dezeses, sessenta e sete) por cento, por prestar serviços extraordinários.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

**PORTARIA Nº 241/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

prorrogar, por prazo indeterminado, a Portaria 493/75, de 28 de agosto de 1975, que designou o funcionário CELIO NICOLAZZI REIS, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado EZEQUIAS LOSSO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

**PORTARIA Nº 242/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3525, de 05 de maio de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar o interno LECI JOSE BITTENCOURT, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado LUIZ ROBERTO NOGUEIRA SOARES.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

**PORTARIA Nº 243/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3479, de 04 de maio de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar o interno FRANCISCO LOER FILHO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado IVAN RÜPPEL.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de maio de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

**DECRETOS:****DECRETO LEGISLATIVO Nº 538/74**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7364, de 02 de setembro de 1974, deste Poder,

**R E S O L V E:**

arbitrar em cinquenta por cento de seus vencimentos, a gratificação por prestar serviços extraordinários, concedidas a IZABEL DE FREITAS, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1974.

aa)

JOÃO MANSUR – Presidente

JORGE SATO – 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 539/74**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8696/74, de 07 de outubro de 1974, deste Poder,

**R E S O L V E:**

arbitrar em cinquenta por cento de seus vencimentos, a gratificação por prestação de serviços extraordinários, concedida a JAHIR DALAGASSA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1974.

aa)

JOÃO MANSUR – Presidente

JORGE SATO – 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 540/74**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 11.132/73, de 08 de novembro de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária MARIA MENEGUSSO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1974.

aa)

JOÃO MANSUR – Presidente

JORGE SATO – 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 541/74**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7909/74, de 13 de setembro de 1974, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário NELSON EMILIO MARQUES, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1974.

aa)

JOÃO MANSUR – Presidente

JORGE SATO – 1º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 542/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7243/74, de 28 de agosto de 1974, deste Poder,

## R E S O L V E:

autorizar, na conformidade com o Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, as funcionárias JULIA JULINSKI DE PAULA, ANNA CRISTINA DE SOUZA e MADONA SEDILHA DOS SANTOS LOYOLA, todas do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem serviços extraordinários, percebendo gratificações correspondentes a um terço (1/3) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1974.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 543/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7236/74, de 28 de agosto de 1974, deste Poder,

## R E S O L V E:

autorizar, de acordo com o Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, os funcionários NORMANDO PEDRO CULPI e RUBENS DAMAS, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1974.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 544/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6519/74, de 06 de agosto de 1964, deste Poder,

## R E S O L V E:

autorizar a funcionária ARACY ZECK, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de agosto de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1970

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 545/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 11224/73, de 12 de novembro de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário SZCZEPAN ILNICKI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, a partir de 09 de julho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1974

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 546/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7140/74, de 26 de agosto de 1974, deste Poder,

## R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário WILSON OSIRES PIOVESAN, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 01 de agosto de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1974.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 547/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3603/74, de 03 de maio de 1974, deste Poder,

## R E S O L V E:

revogar o Decreto Legislativo 06/74, de 05 de fevereiro de 1974, que autorizou SEBASTIÃO CORDEIRO DOS SANTOS, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 22 de maio de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1974

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2º Secretário.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 345/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 480/76, de 26 de janeiro de 1976, deste Poder,

## R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de IZABEL FREITAS, matrícula 534, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 01 de agosto de 1968 e igual data de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 346/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3328/76, de 28 de abril de 1976, deste Poder,

## R E S O L V E:

designar ALBARY PEDROSO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para exercer as funções de Motorista do Gabinete da 2ª Vice-Presidência, percebendo a gratificação de função símbolo F-5, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de maio de 1976

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 347/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os números 1401 e 2272/76, de 08 e 30 de março de 1976, deste Poder,

## RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ ROSA FILHO, matrícula 340, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar; e,

II — conceder o adicional de cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171 da citada Lei 6174, a partir de 27 de fevereiro de 1976, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 348/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 669/76, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

## RESOLVE:

— Mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelos Arts 2º e 4º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO, matrícula 047, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1957, 1959, 1967, 1971, 1973 e 1975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 11 de março de 1954 e 11 de setembro de 1963, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1957, e 1959, contadas em dobro;

III — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 11 de setembro de 1963 e 11 de abril de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1965 (quinze) 15 dias, 1956, 1967; e,

IV — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 11 de outubro de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco (25) por cento. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 64ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Basílio Zanusso.

Às 14:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Juran-dir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oluveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (42), achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ivan Rüppel, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Werner Wanderer e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 33/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 48/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Terra Rica, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 34/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 62/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Maria Helena, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 39/76 e 40/76.  
Levanta-se a Sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1976**

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Menfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (42), achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ivan Rüppel, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Werner Wanderer e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO:**

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**REQUERIMENTOS:**

— de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei 188/75.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo ao autor e diretos ORACI GEMBA, teatrólogo de renome que evidencia o Paraná, pelo sucesso que vem alcançando sua peça, atualmente em temporada no Teatro Guaíra, "O Cerco da Lapa".

Retratando com brilhantismo este feito heróico da história do Paraná, Oraci Gamba contribui com um trabalho ímpar na divulgação de nossas coisas.

Que o voto ora solicitado seja estendido aos atores e a todo o pessoal que colaborou no sucesso de "O Cerco da Lapa", e que o teor deste requerimento seja comunicado aos mesmos.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1976.

a) **MAURÍCIO FRUET**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer a inserção em Ata de um voto de congratulações e agradecimento ao Exmo. Sr. Governador do Paraná, JAYME CANET JUNIOR, pela sensibilidade que

demonstrou ao apelo do Deputado signatário, no que se refere a melhoria do salário do Pessoal Suplementar do Estado, os "P. S".

O Diário Oficial do Estado, do dia sete último, publica o Decreto 1838, que eleva, substancialmente, o salário do Pessoal Suplementar de que trata a Lei 6508, de 13 de dezembro de 1973.

A iniciativa governamental, além de demonstrar a oportunidade do apelo feito da tribuna desta Casa, revela a compreensão e o empenho de S. Exa. em minorar a situação deficitária dos servidores públicos, reascendendo esperanças de que outras medidas serão adotadas em benefício dos funcionários efetivos.

Aprovando o requerido, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná acompanhada de cópia deste requerimento.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1976.

a) **NELSON BUFFARA**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, e após ouvido o Plenário, o envio à Diocese de Ponta Grossa e à Paróquia de São Judas Tadeu, de cópia do inteiro teor do pronunciamento feito da tribuna na sessão de hoje, nesta Casa.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1976.

a) **LUIZ CARLOS ZUK**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental e no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, requer, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Presidente da COMPANHIA PARANAENSE DE TELECOMUNICAÇÕES "TELEPAR", solicitando medidas urgentes, para que seja realizado estudo de viabilidade para instalação do SISTEMA TELEFÔNICO, nos Distritos Judiciários de NOVO TUPANSI e BRAGANTINA, assim como, nos patrimônios de PALMITO-LÂNDIA, TERRA NOVA, ENCANTADO D'OESTE, JOTAESSE, SILVERÓPOLIS, NICE e BRASILIANA, no município e comarca de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1976.

a) **EDILSON ALENCAR**

**JUSTIFICATIVA:**

Seria desnecessário a justificativa de tal solicitação, se considerarmos as condições progressistas desses distritos e patrimônios, o que lhes são garantidas, por representarem importantes regiões agrícolas, podendo ser tidas como verdadeiras cidades emergentes, hoje em melhores condições que muitos municípios do Paraná.

Mantém os mencionados, intenso e estável comércio com as cidades vizinhas e mesmo com os grandes centros industrializados, exigindo para seu desenvolvimento comercial e industrial o melhor e mais fácil meio de comunicação, o TELEFONE.

A não proximidade em que se encontram da cidade de Assis Chateaubriand, que a partir de 1975 constituiu-se no 50º Município do Estado, a integrar a Rede Nacional de DDD, não lhes favorecem em razão do isolamento em que se encontram.

Os mencionados estão situados em região de Terra Roxa, intransitáveis em épocas chuvosas e precaríssimas em época de estio em virtude da grande massa de poeira que cobre toda a estrada, chegando até mesmo dificultar a visibilidade do motorista.

Por estas e outras razões, é que o presente deverá ser aprovado e a reivindicação requerida atendida, tendo em vista a grande contribuição que a região já deu e tem dado ao nosso Estado.

**PROJETO DE LEI:****PROJETO DE LEI Nº 52/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um prédio de alvenaria, para sediar um grupo escolar, nos bairros residenciais denominados Jardim Itamarati e Jardim Planalto, cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1976.

a) **GABRIEL SAMPAIO**

**JUSTIFICATIVA:**

Existem setores da administração pública que estão sempre e cada vez mais a exigir do Poder Executivo do Estado.

O município de Maringá, que no dia de ontem em meio a muito júbilo comemorou seu vigésimo nono aniversário de fundação, vem novamente através do presente projeto, uma vez mais, reivindicar à administração pública, a construção de mais um grupo escolar, para atender à crescente fase de crescimento populacional em idade escolar em seu município.

Devemos convir que o crescimento apresentado por Maringá é indiscutível e incontestável, e que tal processo, em contra partida provoca a urgente e ingente necessidade do suprimento das necessidades principais do desenvolvimento.

Acreditamos portanto, que a sensibilidade dos homens públicos do Estado, sempre voltadas ao atendimento das necessidades primordiais de sua gente, atenderá a presente solicitação, por entender que se assim não proceder, estará de certa forma impedindo o crescimento e o desenvolvimento de uma das mais promissoras cidades do Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Está finsa a leitura do Expediente,

Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Participando dos festejos do 50º aniversário da Diocese de Ponta Grossa, pudemos ouvir, naquela cerimônia, de um dos Srs. Padres de nossa Diocese, Pe. Francisco Salache, Vigário da Paróquia de São Judas Tadeu, que dissertou sobre a diocese que é o exemplo da cristandade do território nacional, que está entregue às mãos de D. Geraldo Pellanda, fundada que foi por D. Antonio Mazzaroto.

Gostaríamos que suas palavras fossem transcritas nos Anais desta Casa, pois S. Revma. fez o histórico de uma das mais dignas autoridades cristãs desta Nação, D. Antonio Mazzaroto, que durante seus oitenta e poucos anos de idade se dedicou aos cristãos e principalmente à assistência ao menos favorecidos pela sorte.

Desejava, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que fosse transcrito nos Anais desta Casa, o seguinte pronunciamento do Padre Francisco Salache.

(Lendo): "Depois que Deus levou consigo o Pe. Ladislau Maibuk, primeiro sacerdote secular ordenado por S. Exa. Revma em janeiro de 1933, eu e o Pe. Pedro Guerra ficamos sendo os dois mais antigos da Diocese. Fomos ambos a sua Segunda Ordenação Sacerdotal, conferida por V. Exa. Revma., em outubro de 1938. Talvez, por essa razão, me incumbiram de saudá-lo, nesta sessão solene, em comemoração do Cinquentenário de nossa querida Diocese, em nome do Clero Secular e Regular.

O maravilhoso desta noite de gala, é termos a milagrosa presença de V. Exa. Revma., como primeiro Bispo da Diocese, vivo ainda e exuberante de vida, com seus 86 anos de idade,

assistindo prazenteiro às solenidades deste Jubileu de Ouro.

Na Paróquia de São Judas Tadeu, onde sou vigário, o confrade vicentino Sr. Alberto Santos, há poucos meses, rezou assim depois da Comunhão: "Vamos rezar mais um Pai-Nosso e uma Ave-Maria por Dom Antonio para que Deus o conserve para sempre". E Deus o conservou. Aqui está entre nós octogenário, com vida, participando dos festejos de sua Diocese quinquagênaria. Tudo isso é motivo de alegria para nós e de muitas graças a Deus. Estar vivo, alcançar as Bodas de Ouro da Diocese, como seu primeiro Bispo, é, de fato, uma raridade, uma grande Graça de Deus. Por esta dádiva do céu, D. Antonio, queira aceitar os nossos mais calorosos parabéns.

Nossa Diocese, criada pelo Papa Pio XI, de saudosa memória, aos 10 de maio de 1926, tornou-se então, a segunda do Paraná, abrangendo um vastíssimo território, que até incluía parte do Estado de Santa Catarina, indo confinar com as fronteiras do Rio Grande do Sul. Conforme o Evangelho "a mesma era grande, com doze Paróquias imensas, mas os padres eram poucos. No ano de 1930, V. Exa. Revma. assumiu o governo desta porção da Igreja, como primeiro Bispo. Naquele tempo, o Pe. Ladislau Maibuk era o único seminarista maior, cursando Teologia no Seminário do Ipiranga de São Paulo e eu, humilde seminarista menor, estudante do Seminário Arquidiocesano São José de Curitiba. Naqueles tempos idos, seus poucos colaboradores e pioneiros da Diocese eram Padres da Congregação do Verbo Divino, Padres Lazaristas poloneses e Padres Basilianos ucranios, aos quais devemos eterna gratidão.

Por mais de 30 anos, V. Exa. Revma. percorreu a Diocese com suas famosas Visitas Pastorais, visitando todas as Paróquias, regularmente, cada quatro anos, não somente as Matriz, como também até as mais humildes Capelas, conforme atestam seus memoráveis yermos de visita, redigidos de próprio punho e guardados com carinho nos arquivos paroquiais, para os pósteros verem.

Suas viagens pastorais foram longas e cansativas, ora de carroça ora a cavalo e até caminhadas a pé, a fim de espairecer, contemplar a natureza e desenferrujar as pernas. Mas depois de tantas canseiras, gozava do prazer de se encontrar com as ovelhas de seu rebanho na recepção, na novena, na missa, na crisma e na despedida.

Nós os padres veteranos, fomos testemunhas de seus enormes sacrifícios, testemunhas de sua persistente evangelização do povo diocesano, apreciadores de sua Catequese nas Crismas, da disciplina que impunha nas igrejas com sua respeitável presença, de sua piedade comovente quando rezava o terço com o povo nas novenas, dos seus sermões binados e trinados nas missas com aquele afã de instruir e crisianizar as famílias, sempre com aquela vontade férrea de querer salvar todas as almas que Deus lhe confiou, por intermédio do saudoso Papa Pio XI.

Por falta de clero suficiente, sua grande preocupação foi sempre formar padres autoctones, naturais da região. Para conseguir essa meta, fundou o Seminário Diocesano São José, santo pelo qual nutria constante devoção, santo a quem confiava todos seus problemas. E o seu Seminário nasceu na Paróquia de Sant'Ana, de Castro, como anexo do Colégio Diocesano Santa Cruz; depois ficou mais independente, com professores próprios, no bairro da Ronda também de Castro; em seguida, transferido e instalado provisoriamente na fábrica de sabão do Sr. Antonio Deschandt, no bairro de Oficinas, desta cidade, e por fim inaugurado, definitivamente em prédio novo, no bairro do Rio Verde, onde é uma expressão e um marco de sua vontade sedente de formar novos ministros do Senhor. Agora, podemos dizer com a boca cheia, que temos um grande Seminário, com mais de uma centena de Seminaristas, abrigando até alunos de Dioceses vizinhas.

Outra preocupação sua foi aumentar sempre mais o patrimônio da Diocese. Era preciso adquirir terrenos e mais terrenos para futuras Igrejas, Escolas e Comunidades Religiosas. E

quando D. Geraldo Micheletto Pellanda, assumiu como segundo Bispo, achou que esta Diocese era uma das mais ricas em patrimônio no Paraná. Na aquisição desse patrimônio, não podemos esquecer a colaboração ímpar do seu incansável e pranteado Secretário Pe. Roberto Bonk, da SVD, a quem Deus tenha em sua Glória.

Por essas razões estamos saudando, homenageando e felicitando a V. Exa. Revma. na efeméride cinquentenária da Diocese.

Além do mais, ninguém de nós antigos pode esquecer suas atividades marcantes como primeiro Bispo de Ponta Grossa. Até hoje, seus antigos diocesanos recordam sia guerra permanente contra os bailes escandalosos, contra as modas indecentes, contra as bruxarias de espiritismo e de seitas heréticas que em vão tentavam perder a fé cristã dos seus amados diocesanos. E S. Exa. Revma. foi o nosso Pastor vigilante, sempre alerta no combate contra os vícios e os maus costumes, sempre pronto para defender as ovelhas de seu rebanho. Não, não podemos esquecer suas virtudes de Pastor zeloso, de catequista incansável, de Pregador eminente, de escritor letrado e primoroso das suas Cartas Pastorais, avisos e circulares.

Tudo isso marcou vestígios imorredouros nas recordações dos seus padres, marcou época nos Anais da Diocese e ficou plantado para sempre no coração de seus diocesanos.

É, portanto, justo e digno, nós os padres seculares e religiosos estarmos homenageando e saudando a V. Exa. Revma. num gesto de eterno reconhecimento, ao primeiro Bispo da Diocese de Ponta Grossa.

Seja, pois, bendito e louvado aquele que veio reger nossa Diocese, em nome do Senhor, como seu primeiro Bispo.

A D. Antonio, nossas saudações e nossos aplausos.

Ponta Grossa, 08 de maio de 1976.

Pe. FRANCISCO SALACHE

Vigário da Paróquia de São Judas Tadeu"

Estamos, Sr. Presidente, pedindo a este Plenário, e a esta Mesa Executiva, a transcrição nos Anais desta Casa, deste pronunciamento, porque nós que tivemos nossa infância e principalmente nossa participação na Igreja Católica, como coroinha de um dos padres que ajudaram e colaboraram na edificação da Igreja Católica, no nosso Paraná e na nossa Diocese, queremos neste momento, além de nos fazermos presentes como católicos que somos — respeitando as demais religiões — que, esta Casa se associe à grata data do 50º aniversário da Diocese do nosso município, e da nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Findo o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos ouvido nesta Casa, vários pronunciamentos dizendo da inflação, dizendo dos desmandos de Governo. E preocupados com isto, procuramos fazer uma pesquisa e recolher alguns dados, para sabermos da real situação em que se encontrava o nosso País. (lê):

"Se. Presidente e Srs. Deputados, a Revolução de 1964, não se esgota. Ela irá para frente para conseguir seus objetivos, de criar um novo Brasil.

Muitos investem contra o Governo, contra o sistema, alegando falta de liberdade, alegando o empobrecimento do povo, o que não é uma verdade.

Analizando o desenvolvimento sócio-econômico brasileiro após 1964, ano em que a inflação iria superar o índice de 100 por cento, podemos verificar que aos críticos da Revolu-

ção falta também autoridade para falar em inflação e perda de poder aquisitivo salarial, pois até 1964, com os reajustes salariais, estabelecidos atualmente, os trabalhadores perdiam a metade do seu poder aquisitivo em um ano.

Tomando por base dados colhidos pelo eminente Deputado Federal Herbert Levy, nos diversos órgãos da União, conforme pronunciamento feito na Câmara Federal, pode-se verificar que o Brasil vem desenvolvendo a passos largos, se o Brasil está desenvolvendo é o povo brasileiro que desenvolve.

As aplicações em cadernetas de poupança, passaram de Cr\$ 14 bilhões em dezembro de 1973, para Cr\$ 61 bilhões em fevereiro de 1976, o que demonstra uma visível elevação do poder aquisitivo do povo.

Louvando-se em dados governamentais fornecidos pelos Ministros da Fazenda, do Trabalho e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, em comissões parlamentares de inquérito, verifica-se a ação social da Revolução, valorizando o homem, através de dados estatísticos e indicadores sociais, como o relativo à taxa de mortalidade que em 60, era de 11,4 por mil habitantes, e passou em 74, para 8,7 por mil habitantes.

A merenda escolar é hoje distribuída a 12 milhões de crianças, devendo esse número se elevar para 19 milhões, conforme o Programa Nacional de Alimentos. A escolarização no País, em relação a outras áreas do mundo, mostra a relação da estudante população no Brasil, com a percentagem de 24,1 por cento, contra 23,2 por cento na Oceania; 18,6 por cento na Europa, 8,8 por cento na Ásia e 11 por cento na África.

Com relação a esses percentuais cabe observar, que a população jovem na Europa, e percentualmente muito abaixo da nossa, e a média das Américas é elevada pelo forte índice dos Estados Unidos.

O Ensino Superior brasileiro que em 1964 contava com 142 mil, 286 matriculados, passou para um milhão e cem mil no ano passado, estimando-se para o corrente ano um milhão e duzentos mil universitários, o que representa um aumento de dez vezes em doze anos.

A percentagem de analfabetos no Brasil, sobre a população total, que em 60 era 39 por cento, reduziu-se por sua vez, a apenas 19 por cento, e a meta para 79 é reduzir o analfabetismo a um índice de apenas 10 por cento sobre o número total da população.

Ao grande progresso no plano econômico, que leva o Brasil a se alinhar entre as nações desenvolvidas, como potência emergente, é preciso aliar a crescente justiça social, política que prosseguir, porque o Governo, no seu II Plano Nacional de Desenvolvimento, deu prioridade total ao homem. Essa é a obra que temos o dever de preservar, aperfeiçoando-a com nossas críticas, sobretudo, as de oposição, sem esquecer-se de apresentar sugestões, e não simplesmente contestar ou destruir, como fazem os que são inspirados por outros ideais que não só da grandeza da pátria; e o bem estar do povo brasileiro.

Fala-se em Ato 5, Decreto 477, mas isto só preocupa os que compreenderem, mas fazem por não compreender.

Torna necessário restringir a liberdade de alguns; a limitação da liberdade de poucos, que querem usá-la para destruí-la, corresponde à liberdade para a maioria que goza de liberdade total, completa e invejável, ao lado da segurança total de 110 milhões de brasileiros.

Fala-se do desemprego, nos preços dos cereais, No interior procuram jogar o lavrador contra o Governo, dizendo dos preços baixos, na hora da colheita, na cidade fala-se do encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, mas sabemos nós que conseguimos melhor preço para o produtor e que chegue nos grandes centros a preços acessíveis, com o aumento da produtividade e, esta tarefa é de todos nós de conscientizar o agricultor, principalmente o pequeno agricultor para que se unam, se filiem aos sindicatos, fortaleçam as cooperativas e, para isto o Governo vem dando todo apoio, incentivando os



sindicatos com assistência de toda forma, dando recursos às cooperativas.

Sabemos nós que é costume do pequeno produtor na época da colheita, principalmente do milho, procurar os cerealistas que vão com debulhadeira e recebem o produto da lavoura, descontando o preparo do cereal, umidade, etc., pouco sobrando ao produtor.

O pequeno produtor não tem condições de adquirir uma debulhadeira para preparo de seu produto, levando ao armazém para depósito e financiamento, aguardando preço.

O que é preciso é a conscientização dos agricultores, se unindo para, por conta própria, aperfeiçoarem, aumentarem a produção e prepararem o seu produto; isto só se consegue com a congregação dos mesmos em torno de cooperativas.

Fala-se em desemprego, mas não podemos atribuir culpa ao Governo, porque veio uma geada em nossa cafeicultura, que mantinha grande número de famílias na zona rural.

Estudos técnicos mostram que o café é um dos produtos de maior rentabilidade, de maior densidade econômica por área plantio. Um hectare plantado com café gera uma produção avaliada em 4,2 mil cruzeiros. Enquanto isso, um mesmo hectare, com soja, gera 2,5 mil cruzeiros. Arroz proporcionaria 2,4 mil cruzeiros. Trigo, 2,3 mil cruzeiros. Feijão, 1,8 mil cruzeiros e milho, 1,3 mil cruzeiros. Além disso, como já mencionei, o café é o produto que ocupa mais mão-de-obra: 27 trabalhadores para 100 hectares plantados, enquanto o soja, trigo e mesmo o algodão, ocupam menos de um terço desses trabalhadores, para uma mesma área de plantio.

Por isso nós pudemos notar no ano passado um esvaziamento na zona rural, mas também não podemos negar o grande avanço da indústria, proporcionando maior mercado de trabalho. Vemos Londrina ligando a Cambé. Vemos o desenvolvimento de Maringá, Cascavel que causa inveja a outros centros. Vemos o Sudoeste, que de uma hora para outra se desenvolve, dando sua grande contribuição ao desenvolvimento do Estado.

Isto porque o trabalhador tem segurança, porque hoje reina paz em toda parte, ao passo que víamos anteriormente no Sudoeste um campo de batalha, intranquilidade, desespero das famílias.

Nós temos um dever a cumprir, reconhecer o que está sendo cumprido no programa de desenvolvimento do País e colaborar para que alcance seus objetivos, tornando nosso País a grande potência do mundo, pacata e ordeira, proporcionando alegria à nova geração e isto só se concretiza colaborando com os homens de bem que dirigem esta Nação, colaborando com nossos Prefeitos, com o Governo Canet Júnior que tudo está fazendo no desempenho de seu papel, como grande administrador, homem probo e honrado do Governo do Presidente Geisel, que só quer o desenvolvimento, a valorização do homem, a paz e a segurança que havemos de manter para que os brasileiros trabalhem e vivam em paz".

Sr. Presidente, com alegria pudemos verificar ainda nesta semana, uma divulgação feita pelo INPS, em que o INAN deverá iniciar, dentro em breve, a distribuição de alimentação nos seus Postos. É esta a medida que o Governo vem tomando, procurando dar tranquilidade, dar mais assistência aos desamparados e, em todos os campos vemos a ação do Governo, procurando o desenvolvimento de nosso País.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero me parabenizar com V. Exa. pela assertiva de vir à tribuna trazer fatos concretos e palpáveis para o conhecimento da Casa, para conhecimento do Paraná e do Brasil. Disse bem V. Exa. quando focalizava o problema do pequeno agricultor, do homem que trabalha, que luta na chamada lavoura branca, a lavoura que foi muitas vezes marginalizada, mas que agora, graças à iniciativa, ao trabalho, ao esquema dos homens do Governo arenista, vemos os preços mínimos taxados e cumpri-

dos. Os preços mínimos não mais estão só no papel, mas garantidos pelo Banco do Brasil.

Quero me parabenizar com V. Exa. quando fala que, de fato, houve êxodo em virtude das geadas. Mas, também, graças a um sistema de governo, controlado e organizado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel e seus Ministros, e também pelo dinâmico e trabalhador Governador do Estado do Paraná, Jayme Canet Júnior, esse êxodo não tem sido tão danoso, porque todo esse pessoal está sendo aproveitado nas indústrias que estão sendo implantadas. E isto se deve, porque temos um Governo atento e com os olhos voltados para a população menos favorecida.

V. Exa. está de parabéns porque está dizendo a verdade. Está procurando traduzir a verdade para o povo paranaense, através de estatística, sem demagogia, para que o povo saiba que haveremos de vencer com os homens de boa vontade que estão governando o Brasil. E através desse governo, haveremos de colocar nosso Estado no devido lugar, no concerto da Nação. E através do Governo Geisel, haveremos de colocar o Brasil no concerto do hemisfério. Porque, o Paraná é o celeiro do Brasil, e o Brasil haverá de ser o celeiro do mundo.

Nosso muito obrigado a V. Exa., nobre Deputado, temos muita admiração por homens como V. Exa. que vem à tribuna falar com dados, sem demagogia, vem dizer a verdade à Nação, vem dizer a verdade ao povo brasileiro.

Parabéns a V. Exa. que confia no governo arenista; que confia no governo Jayme Canet Júnior; confia, principalmente, no povo humilde de nossa terra.

Muito obrigado, nobre Deputado, continue sempre assim, assumindo essa tribuna para dizer a verdade ao povo de nossa terra.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte de V. Exa. que veio valorizar meu pronunciamento, nesta tarde.

Conheço o trabalho de V. Exa., o atendimento que V. Exa. presta a vários municípios de nosso Estado. V. Exa. conhece bem de perto a situação em que se encontrava o nosso País e a que hoje se encontra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Verdade, verdade, verdade, somente a verdade, tem validade na ordem dos acontecimentos. Por isso mesmo as Escrituras Sagradas na sua legislação cristã, afirmam taxativamente "os mentirosos não herdam o reino dos Céus". Aqueles que negam a verdade, principalmente com o mórbido objetivo de acusar falsamente seus semelhantes, cedo ou tarde, receberão como prêmio a decepção, a desilusão e até a manifestação de repúdio.

Pode ser enganado um povo por um determinado tempo, entretanto, ninguém conseguirá enganar esse mesmo povo por um tempo todo. É o que provaremos nesta oportunidade, não simplesmente com palavras ou com tentativas demagógicas, nem com mentiras e asneiras de um vocabulário desenfreado, mas sim com documentos que mais uma vez hão de retrospectar a sinceridade, a honradez, a dignidade e exemplo de probidade de um homem que, no exercício da função pública, soube por largos anos de atividade, honrar e dignificar pela sua conduta intocável no cumprimento do dever.

Falo, Sr. Presidente, como se estivesse advogando na defesa do homem mais importante deste País, do mais honesto, do mais digno e mais honrado desta Nação. O personagem de que faço a defesa desta tribuna, não é uma pessoa importante nos termos, mas de relevante importância e merecedor do mais alto acatamento e respeito pela sua humildade e pela sua dignidade.

Falo de um homem cuja formação de honradez e de procedimento revestido pela humildade que lhe é peculiar, tornou-se merecedor de nossos constantes pronunciamentos públicos



através desta tribuna.

Falo mais uma vez sobre o magistralíssimo comportamento do funcionário público Nourisval Mendes Ferreira, cidadão intocável, exemplar chefe de família, exemplo incontestável como funcionário de uma das Secretarias de Governo deste Estado.

Vítima das investidas malsinadas dos demagogos predominantes, vítima do avassalamento mórbido de uma direção ou de dirigentes que já se consideram por si mesmo desacreditados, vítima daqueles que pela falta de condições e de merecimento de maior respeito, teve que ser por ele, humildemente repudiado; vítima da sanha de desesperados que montaram ao Poder através da pregação filosófica de uma verdade que desde logo foi mutada para o caciquismo perseguidor e violento.

O que se observa entretanto, é que esses mesmos poderosos conscientizados e desesperados por saberem que terão que apelar do Poder fazem a toda feita e por todas as formas perseguições e tentativas de mutações das verdades incontestáveis.

No dia 29 de abril próximo passado, o Deputado Gabriel Manoel dizia, desta tribuna, que Nourisval Mendes Ferreira era desonesto; e que, como funcionário da unidade sanitária de Ribeirão do Pinhal, havia se apropriado indebitamente de um aparelho telefônico daquele Departamento de serviços da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde; por conhecer a formação moral, cívica e até espiritual de Nourisval Mendes Ferreira, o pronunciamento malsinado do Parlamentar em referência, não nos preocupou porque sabíamos que o mesmo vivia de um procedimento reprovável e sem nenhuma procedência.

Sabíamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aquele pronunciamento era mais uma apoteose de falsidade e de injustiça contra aquele homem, aquele cidadão, aquele funcionário exemplar que por não aceitar mais "como diz ele próprio" as inverdades, as perseguições, a demagogia e o procedimento dos mandantes políticos locais, caracterizados malversadores do dinheiro público, como vem fazendo o Prefeito arenista de Ribeirão do Pinhal que deixou a ARENA e passou para o MDB.

Por isso mesmo Nourisval e sua digníssima esposa, ambos exemplares funcionários do Estado, passaram a ser vítimas das perseguições violentas, indecentes e impropriedades desse Poder "PEIUCA" apodrecido e totalmente denegrado pela violência pela incompreensão e pela maldade.

Recebi hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, carta do eminente e respeitável chefe de família, do funcionário exemplaríssimo da UNIDADE SANITÁRIA DE RIBEIRÃO DO PINHAL, onde serviu por 18 longos anos e que atualmente por perseguição de seus Chefes se encontra transferido para a mesma função a uma distância de mais de cem quilômetros de sua sede de trabalho, ou seja transferido para QUATIGUÁ, em cujo expediente datado de 5 do mês corrente, verificamos as seguintes informações com referência à denúncia efetuada pelo Deputado arenista.

"RIBEIRÃO DO PINHAL, 05 de maio de 1976.

ILMO. Sr.

BENEDITO LÚCIO MACHADO

MD. DEPUTADO ESTADUAL

CURITIBA - PARANÁ

Prezado Deputado:

Com referência a denúncia do ilustre Deputado, Sr. Gabriel Manoel, à Assembléia Legislativa do Estado, no dia 29 de abril p.p. afirmando que me aproveitei indevidamente do aparelho telefônico da U.S. de Ribeirão do Pinhal, transferindo este para a minha residência, venho através da presente solicitar a V. Sa., com base nos inclusos documentos, fazer em meu nome a devida justificação e, esclarecer a dúvida surgida, e para tanto esclareço o seguinte:

1 — O aparelho telefônico foi transferido para a minha residência, para melhor atender os interesses da U.S. uma vez que esta inicia o expediente somente às 12:30 horas e, a distância de

minha residência fica a 40 metros da U.S., tudo com autorização do então chefe, Dr. FERNANDO C. DE OLIVEIRA e, com o conhecimento do Médico Chefe do 16º D.S., Dr. JOSÉ F. DE NORONHA;

2 — O aparelho permanece em nome da U.S. e inteiramente à sua disposição e, além de tudo, esta U.S. nunca recebeu qualquer verba para pagamento de taxas, estas foram pagas por mim desde a instalação do aparelho, junto o primeiro comprovante e o último para a apreciação, se necessário.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — 3 — Tudo foi feito, com autorização dos meus superiores e com a devida documentação.

Aqui permaneço a inteira disposição dos interessados para esclarecer qualquer dúvida com referência ao caso.

Desde já agradeço as suas atenções e envio-lhe as minhas SAUDAÇÕES.

(a) NOURISVAL MENDES FERREIRA".

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o funcionário perseguido pelo Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social do Estado do Paraná, além de ser dos mais humildes, com 18 anos de serviço, com a melhor folha de serviço do Estado, recebe atualmente pouco mais de 800 cruzeiros mensais e paga, deste salário miserável e pouco decente, as despesas de custas de comunicações feitas através do telefone pertencente a U.S. Paga de seu bolso e provarei com os documentos que estão em meu poder. Esse funcionário público exemplar, digno, honrado ainda passa a ser denunciado por um parlamentar do Partido do Governo, como se tivesse apropriado indebitamente de um aparelho telefônico da Secretaria de Saúde. Isto é, acima de tudo, vergonhoso, é acima de tudo vexatório, isto é mais que desonroso para o Governo, que prega a todo instante a decência, a proteção ao cidadão e ao ser humano e, que falta com a dignidade a uma peça importante da máquina administrativa, que é o funcionário público.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

V. Exa. talvez não conheça o adágio popular que diz que "batedor de carteira não deixa recibo".

V. Exa. acaba de confessar um dos mais hediondos crimes de apropriação indébita de um aparelho telefônico que, por bem ou por mal, por relaxo dos funcionários e dos próprios responsáveis por aquela unidade sanitária de Ribeirão do Pinhal, deveria estar no seu devido lugar, e não na casa de um funcionário, porque o que seria do esquema de um Governo, se todos os telefones das repartições públicas fossem instalados nas casas de funcionários? Não que estes funcionários não mereçam a satisfação de ter um telefone, mas, vamos separar os alhos, dos bugalhos. V. Exa. confessou que o telefone está e continua e permanece na casa do honrado, ilustre, do anjo que V. Exa. defende, mas não vejo razão para que um aparelho pertencente ao Estado, continue na casa de um particular porque se a unidade sanitária não tiver condições de ter telefone, deveria então este aparelho, ser recolhido à TELEPAR ou para seu devido lugar. Agora, vem V. Exa. num passa de magia, querer defender, com demagogia, o Sr. Nourisval Mendes Ferreira.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. não respeita nem as famílias, porque ajuda a perseguir um funcionário honrado como Nourisval Mendes Ferreira.

O Sr. Gabriel Manoel — Nós dissemos daquela tribuna, que o telefone estava na casa do moço, e V. Exa. acaba de confessar o crime de apropriação indébita.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. deveria pelo menos ter a condição de perceptibilidade do que realmente representa, juridicamente, apropriação indébita. Seria isto apropriação indébita, se Nourisval Mendes Ferreira não houvesse transferido o aparelho telefônico, para a sua residência, com a autorização de seu chefe e chefe do 16º Distrito Sanitário, sediado em Jacarezinho, Dr. José Fontes de Noronha, conforme documento

que temos em nossas mãos, anexado ao nosso pronunciamento, documento que V. Exa. vai ter a oportunidade de ler. Apropriação indébita é o arrebatar o objeto de alguém para si; apropriação indébita é alguma coisa que caracterize a falta de autorização para se apoderar do objeto. V. Exa. não tem consciência, em absoluto, do que é apropriação indébita. V. Exa. veio dizer aquilo que mandaram que fosse dito, e nós nunca devemos dizer aquilo que nos mandam dizer.

O Sr. Gabriel Manoel — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Esta Presidência solicita ao orador que, por uma questão de ordem mantenha o diálogo correto, com o Deputado que o aparteia; outrossim, solicita ao Deputado Gabriel Manoel que conserve a palavra, pela Ordem.

O Sr. Gabriel Manoel — O nosso ilustre Deputado, ligeiramente paranóico, está extravasando o seu fel, querendo tripudiar contra um colega e nós não vamos consentir isto, nem aqui nem lá fora.

Peço a V. Exa., Deputado, que refreie a sua língua.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. não tem condições parlamentares e nem dignidade para exercer a representação do povo nesta Casa, porque é acima de tudo, malcriado.

“Mas, Sr. Presidente, dando continuidade, como comprovante de todas as afirmativas que derruba de público, e definitivamente, nesta oportunidade procederei a leitura dos documentos anexados a este meu pronunciamento, e que peço ao finalizar este pronunciamento, através de requerimento que faço anexar, que se encaminhe a documentação supra à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social para o conhecimento do titular daquela Pasta, a fim de que se faça cessar por sua ordem a determinação, os ataques improcedentes, malévolos e injuriosos contra o funcionário NOURISVAL MENDES FERREIRA”.

Tenho aqui expediente do Departamento responsável, do médico-chefe naquela oportunidade, da US de Ribeirão do Pinhal, datado de 30 de agosto de 1969, encaminhado à Companhia Telefônica Nacional, que diz o seguinte:

“Prezado senhor:

Solicito a esta Concessionária que o uso do aparelho telefônico da unidade sanitária sob número 92 seja transferido para a residência do Sr. Nourisval Mendes Ferreira, sita à rua Paraná, 131 — Ribeirão do Pinhal — PARANÁ, que passará a responder pelo mesmo, na forma do regulamento geral desta Companhia.

O Sr. Nourisval Mendes Ferreira, assume integral responsabilidade e risco, face às eventuais declarações, judicial ou não, quanto ao registro dos poderes de representante ou dos representantes à usuária.

Ass. Dr. Fernando Serra de Oliveira”.

Chefe da Div. Sanitária da Secretaria de Saúde, também com o seguinte contexto: (lê):

“Secretaria de Saúde Pública, Departamento de Unidade Sanitária; 16º Distrito Sanitário; Unidade Sanitária de Ribeirão do Pinhal:

Autoriza o Sr. Nourisval Mendes Ferreira, após o recebimento deste ofício e por determinação do Dr. Fernando Serra de Oliveira, Médico-Chefe da Unidade Sanitária da cidade, a mudança do telefone para a sua residência.

Secretaria de Saúde Pública, Departamento de Unidade Sanitária, 16º Distrito de Ribeirão do Pinhal”.

Outro expediente autorizando a transferência do referido aparelho para a residência do Sr. Nourisval Mendes Ferreira:

Companhia de Telecomunicações do Paraná; Governo Estadual, seção do Estado dos Negócios da Saúde Pública, Unidade Sanitária, Posto de Saúde, Ribeirão do Pinhal. Data: 18 de fevereiro de 1976.

TAXA de Pagamento: Cr\$ 43,20”.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Dívida do Estado, dívida da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, sendo paga por um funcionário que recebe, menos de 800 cruzeiros men-

sais e ainda é perseguido, simplesmente porque, como diz em sua missiva, não concorda com a malversação do dinheiro público, não concorda com as indecências que os homens da ARENA fazem naquela localidade e, não concordando, saiu da ARENA e passou ao MDB.

Paga as despesas de sua Secretaria e é perseguido porque não concorda com as negociatas que se fazem com o dinheiro público na Prefeitura de Ribeirão do Pinhal.

Pergunto: Quem são os demagogos? São os homens da Oposição ou são os da situação? Demagogos são os que mentem para ficarem perante os olhos do povo, pelo menos em pé. Demagogicamente tem agido o representante da ARENA de Ribeirão do Pinhal com assento nesta Casa; demagogicamente tem agido o Secretário de Saúde e Bem Estar Social.

O Sr. Gabriel Manoel — (pela Ordem). Sr. Presidente, pediria a V. Exa. que solicitasse ao orador que parasse de destilar seu fel e sua maldade e se conduzisse de uma maneira mais tranquila, para derramar seu veneno em outras paragens. Porque “na sombra de nosso cavalo não gostamos que se faça pic-nic”.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). A Presidência solicita ao orador que está na tribuna que modere a linguagem e assim também ao Deputado Gabriel Manoel que seja moderado em seus apartes.

O SR. LÚCIO MACHADO — E segue aqui uma série de outros recibos, todos eles pagos, todos eles dívidas, débitos da Secretaria e Bem Estar Social, pagos com as economias do funcionário denunciado.

E perguntamos, Sr. Presidente: Será que existe, de fato, a honestidade tão pregada, tão evangelizada desta tribuna, quando o evangelista do mal aqui chega para acusar, humilde homem, é verdade, mas revestido de tanta dignidade, de tanta honradez e apoiado com tanto decoro, como é esse humilde funcionário de Ribeirão do Pinhal.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte?

Estranho quando V. Exa. faz referência e faz a defesa de um funcionário de uma Secretaria, funcionário esse humilde, como bem frisou V. Exa. e que faz, às suas expensas, as despesas da Secretaria. Acho absurdo que um funcionário que ganha pouco tenha que tirar dinheiro do bolso para pagar despesas da Secretaria.

V. Exa., quando falou em demagogos, perguntou se demagogos são os homens da ARENA ou os do MDB.

Eu, quando vou à tribuna, costumo respeitar não só meus companheiros de bancada como os colegas da oposição. Porque, quando tenho que me dirigir a um Sr. Deputado me dirijo pessoalmente. V. Exa. se referiu de uma forma geral, a todos os Srs. Deputados da ARENA. Eu tenho ocupado a tribuna trazendo assuntos sérios e jamais, na minha vida pública, usei de demagogia, quer em campanha, quer no encaminhamento dos interesses do povo. Por isso peço a V. Exa. que faça este reparo.

Obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado, tenho a impressão de que V. Exa. fez opção do remédio, sem que a dor existisse.

Dirigi-me, de maneira objetiva, ao Parlamentar acusador do funcionário Nourisval Mendes Ferreira.

Se V. Exa. sentiu-se preocupado, se a minha acusação serviu também para V. Exa., perdôe-me, não tenho culpa...

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, V. Exa. generalizou: os homens da ARENA.

O SR. LÚCIO MACHADO — ... imaginei, dirigi e assim procedi: dirigi a minha acusação a homens da ARENA que, a todo instante se levantam para acusar de demagogos os homens do MDB. E esses acusadores, infelizmente, nem cultura política possuem. Porque não dizer, não têm capacidade de parlamentar.

Acredito que minhas palavras foram dirigidas ao ponto certo, ao lugar certo, ao alvo certo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero que esta documen-

tação chegue às mãos do Sr. Secretário Arnaldo Busato e encontre um ponto final a perseguição que teve o espaço de um ano e meio a uma figura eminente, porém pequena e humilde, do pessoal que compõe aquela Secretaria. E que S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social entenda que todos os mandatos e todos os posicionamentos são tão mais passageiros que a própria vida do ser humano.

Porisso mesmo, acima de todos nossos interesses particulares, deverá estar o respeito a nossos irmãos, o respeito à dignidade do homem, o respeito à dignidade da família.

Quanto a Nourisval Mendes Ferreira, sei que essa perseguição que ele vem sofrendo por todo esse tempo, deve-se, simplesmente, ao fato de ter tomado, objetivamente, a posição de mudar da ARENA para o MDB. Nesse seu calvário, nesse seu sofrimento, conheci Nourisval e sei que ele é um homem honrado, é um homem íntegro.

E se é pecado mudar de um partido para outro, o maior pecador, nesta Casa, é S. Exa. o Deputado acusante, porque já mudou, por muitas vezes, de partido e nunca foi perseguido por isso.

Inclusive, na oportunidade da Revolução...

O Sr. Gabriel Manoel — (Pela Ordem). Sr. Presidente, gostaria que se esclarecesse um pouco mais a memória do Deputado que ocupa a tribuna, porque não mudei de partido. Quando fui para a ARENA não haviam outros partidos mais, além da ARENA e MDB. E se eu não tenho condições de ser palamentar, devo dizer que o nobre Deputado que ocupa a tribuna é um homem esclerosado, porque não mudei de partido nunca. Quando ingressei na ARENA, não existiam outros partidos, Sr. Presidente. Agora, paranoicamente esse Deputado vem dizer que eu mudei de partido. Isso não admito, Sr. Presidente. E mais ainda, vem S. Exa. dizer que não tenho condições de ser parlamentar, mas tenho respeito e dignidade humana no trato com colegas. E quando na tribuna, falei que o telefone se encontrava na casa daquele funcionário, deveria ter sido provado o contrário, se eu estivesse dizendo uma inverdade. E o Parlamentar está procedendo como o batedor de carteira que rouba a carteira e passa o recibo.

Mas, precisamos colocar um paradeiro nisso, porque "os cães ladram e a caravana passa".

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Esta Presidência solicita, mais uma vez, ao nobre Deputado que está na bancada e o que está na tribuna, que moderem sua linguagem, para que não levem aos assistentes uma imagem triste e estereotipada da Casa de Leis. Continua com a palavra o Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — É lamentável que o Parlamento, a Casa de representação do povo do meu Paraná, seja denegrada constantemente em quase todas as reuniões, pela incapacidade de alguns parlamentares que para aqui vieram e repetiram sua vinda por algumas vezes.

A cultura política é, acima de tudo, uma necessidade. Por isso mesmo deveria ser uma exigência de curriculum para todos os candidatos que quisessem disputar esse ou aquele cargo na vida pública. É por isso que as vezes até nos sentimos envergonhados em dizer que nos debates acirrados e de interesse alto, foi denegrado na constância desse debate, o objetivo que se premeditava em favor da vida pública e de nosso povo.

Tais coisas, naturalmente, estão a acontecer por muitos e muitos anos, porque este País, como já dissemos em diversos pronunciamentos, é um País que está cada vez fechando mais na parte para a alimentação do povo, para as vestimentas do povo, e para a própria cultura do povo. E um povo que não se aprimora, que não se reveste da cultura necessária, para o exercício de suas atividades neste ou naquele mister, estará, evidentemente, sempre sujeito a denegrir os altos, plenos, objetivos da coisa que exerce.

Para nós, como Deputado Estadual, como um dos repre-

sentantes do povo deste Paraná, e o dia de hoje mais um retrato de um quadro triste ao verificar que não há respeito ao Deputado que vem à tribuna em defesa dos objetivos sacrossantos da justiça, em defesa dos direitos do ser humano, em defesa do homem.

Esperamos que a partir deste instante, o Sr. Nourisval Mendes Ferreira já não será mais vítima da demagogia de alguns, porque temos certeza que ao receber S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar, essa documentação que encaminhamos através da Mesa Executiva, tomará as providências no sentido de que se faça cessar essas perseguições para manter-se de pé.

A grande verdade, Sr. Presidente, é que o meu Partido da Oposição, o MDB vai vencer as eleições em todo o Estado, em todo Norte Velho do Paraná, não porque o povo espere melhoras através do meu Partido, mas porque os representantes do Partido do governo naquela região, principalmente na região de Ribeirão do Pinhal, ao invés de dar ao povo o que o povo realmente merece, ao invés de oferecer ao povo trabalho que o povo espera dele, está agora mesmo no caminho da perseguição e inverdade. Por isso mesmo, este povo que sofreu, que sentiu, que ficou decepcionado, vai dar a resposta àqueles que não souberam honrar e dignificar seu mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do Vereador de Curitiba, Amadeu Gera.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução nº 35/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 58/76, que aprova termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Esperança, objetivando execução do Interior, com o município de Nova Esperança, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução nº 36/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 59/76, que aprova convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Guaraniáçu, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 04/76, de autoria do Deputado Fabiano Braga Cortes, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Irati — CASRI, com sede em Irati. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 22/76, oriundo da mensagem nº 24/76, do Poder Executivo, dando nova redação ao Anexo II da Lei nº 6119, de 20/06/70, que dispõe sobre o Quadro Próprio do Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado. Parecer favorável da CCJ, com Substitutivo Geral, abrangendo a EMENDA nº 1, e CONTRÁRIO à EMENDA nº 2, de Plenário, por unanimidade. Parecer da CF. favorável do Subs-

titutivo Geral da CCJ., e também CONTRÁRIO à EMENDA, por unanimidade. Em regime de URGÊNCIA. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 31/76, de autoria dos Deputados Ivo Thomazoni e Dácio Leonel, que declara de utilidade pública a Associação Comercial de Londrina, com sede em Londrina. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Em regime de URGÊNCIA. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução nº 37/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 62/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Francisco Beltrão, objetivando construção de prédio destinado ao Centro de Saúde com sede no referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução nº 38/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 64/76, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Itararé, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antonio Delfino Fragoso, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 05/76, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Associação Bem Estar Jardim Paranaense, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 11/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a Ordem Franciscana Secular — Fraternidade da Igreja do Senhor Bom Jesus, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**O SR. PRESIDENTE** — (Leopoldo Jacomel). Esta Presidência tem a satisfação e a honra de anunciar a presença neste plenário do ilustre Prefeito Municipal de Fênix, Sr. José Porto Novaes.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja encaminhado à Diocese de Ponta Grossa e Paróquia de São Judas Tadeu, cópia do inteiro teor do pronunciamento feito desta tribuna na sessão de hoje, nesta Casa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao autor e diretor Oracy Gamba, pelo sucesso que vem alcançando sua peça, atualmente em temporada no Teatro Guaíra "Cerro da Lapa". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 188/75. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e agradecimento ao Sr. Governador do Estado, pela sensibilidade que demonstrou ao apelo do deputado signatário, no que se refere à melhoria do salário do Pessoal Suplementar do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam efetuados estudos, para a instalação do sistema telefônico nos Distritos

Judiciários de Novo Tupansi e Bragantina e em diversos patrimônios, no município e comarca de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, a documentação para conhecimento do titular daquela Pasta, a fim de que faça cessar por sua ordem os ataques improcedentes, malévolos e injuriosos contra o funcionário Nourisval Mendes Ferreira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 39/76. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que determine seja exercida uma maior fiscalização por parte do Batalhão de Controle de Tráfego, que mantém postos em nosso terminal rodoviário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso constante do expediente, de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a importância de se executar tratamento superficial ou pavimentação do leito da rodovia trecho Atuba-Alto da Serra do Mar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos anais da Casa, o artigo publicado no jornal "Estado do Paraná", "Panorama Político, sob o título "Prejuízo". — **Aprovado.** (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, em forma de sugestão de medidas para combate à inflação desenfreada e decorrente de liberdades desmedidas concedidas aos grupos de capitais e organismos de administração pública, e empresas de economia mista ligadas aos governo. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

**3ª DISCUSSÃO** — dos Projetos de Resolução nºs 37/76, 38/76 e de Lei nºs 5/76, 11/76.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 15/76.

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 12/76.

Levanta-se a Sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERNESTO GNOATO, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1976.**

#### "Prejuízo"

Em Brasília, o deputado federal paranaense João Vargas de Oliveira, da ARENA, fez declarações condenando as medidas tomadas contra as emissoras de televisão do ex-governador Paulo Pimentel, destacando que "tudo isso vai resultar em prejuízo eleitoral para o partido já agora nas eleições de novembro". Haverá segundo João Vargas, "um desgaste muito grande para o partido, uma vez que o Canal 4, pertencente a Pimentel, cobre mais de 150 municípios do Estado, que ficaram sem o direito à programação da TV-Globo". Finalizou, dizendo: "Minha opinião é de que Paulo Pimentel constitui um dos grandes íde-

res políticos do Paraná, que assim não poderia ser maginalizado nem perseguido”.

# **COMISSÃO PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

## **COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO**

**PRESIDENTE:** Egon Pudell

**VICE:** Jayme Rodrigues de Carvalho

**SECRETÁRIO:** Agildes de Oliveira Martins

**MEMBROS:** ARENA

**TITULARES:**

Egon Pudell, Ivo Thomazoni e João Cioni Neto

**SUPLENTE:**

Alfredo Gulin, David Federmann e Ivan Rüppel

**MDB**

**TITULARES:**

Domício Scaramella

Jayme Rodrigues de Carvalho

**SUPLENTE:**

José Domingos Scarpelini

## **COMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE:** Nelson Buffara

**VICE:** Fabiano Braga Cortes

**SECRETÁRIO:** Maria Stella Maeder do Amaral Gurgel

**MEMBROS DA ARENA:**

**TITULARES:**

Wilson Fortes

Fabiano Braga Cortes

Jurandir Messias

**SUPLENTE:**

Quielse Crisóstomo da Silva

Werner Wanderer

João Cioni Neto

**DO MDB**

**TITULARES:**

Nelson Buffara

Adalberto Daros

**SUPLENTE:**

Ernesto Gnoato

## **COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**

**PRESIDENTE:** Rosário Pitelli

**VICE:** Nelson Buffara

**SECRETÁRIO:** Maria Aparecida Amaral

**MEMBROS DA ARENA:**

**TITULARES:**

Jurandir Messias

Werner Wanderer

Rosário Pitelli

**SUPLENTE:**

Gabriel Manoel

Egon Pudell

Gilberto Carvalho

**DO MDB:**

**TITULARES:**

Edilson Alencar Barbosa

Nelson Buffara

**SUPLENTE:**

Oswaldo E. de Macedo

## **COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**PRESIDENTE:** Luiz Alberto Oliveira

**VICE:** Otássio Pereira

**SECRETÁRIO:** Marlene Couto de Cristo

**MEMBROS DA ARENA:**

**TITULARES:**

Luiz Alberto Oliveira

Alfredo Gulin

Lázaro Dumont

**SUPLENTE:**

Basílio Zanusso

Werner Wanderer

Rosário Pitelli

**DO MDB:**

**TITULARES:**

Ernesto Dal'Oglío

Otássio Pereira

**SUPLENTE:**

Benedito Lúcio Machado

## **COMISSÃO DE ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE:** Jorge Sato

**VICE:** Antonio Facci

**SECRETÁRIO:** Elcy Silva Batista

**MEMBROS DA ARENA:**

**TITULARES:**

Fuad Nacli

Wilson Fortes

Jorge Sato

Egon Pudell

**DO MDB:**

**TITULARES**

Antonio Facci

Trajan Bastos

Domício Scaramella

**SUPLENTE**

Luiz A. de Oliveira

Ivan Ruppel

Lázaro Dumont

Rosário Pitelli

**SUPLENTE**

Walter Pietrângelo

Deni Schwartz

## **COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

**PRESIDENTE:** Ezequias Losso

**VICE:** Valter Pietrângelo

**SECRETÁRIO:** Myrthes Magda Gomes

**MEMBROS DA ARENA:**

**TITULARES**

Ezequias Losso

Quielse Crisóstomo da Silva

Fabiano Braga Cortes

**DO MDB:**

**TITULARES**

Valter Pietrângelo

Enéas Faria

**SUPLENTE**

Luiz Roberto Soares

João Cioni Neto

Mattos Leão

**SUPLENTE**

Ernesto Gnoato

Deni Schwartz

## **COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**PRESIDENTE:** Jurandir Messias

**VICE:** Benedito Lúcio Machado

**SECRETÁRIO:** Elza Carneiro Camargo

**MEMBROS DA ARENA:**

**TITULARES**

Jurandir Messias

Gabriel Manoel

Fabiano Braga Cortes

**DO MDB:**

**TITULARES**

Nelson Buffara

Benedito Lúcio Machado

**SUPLENTE**

Dácio Leonel

Luiz Alberto Oliveira

Accioly Neto

**SUPLENTE**

Antonio Facci

## **COMISSÃO DE POLÍCIA**

**PRESIDENTE:** Werner Wanderer

**VICE:** Nilso Sguarezi

**SECRETÁRIO:** João Alberto Andretta

**MEMBROS DA ARENA:**

**TITULARES**

Rosário Pitelli

Werner Wanderer

João Cioni Neto

**SUPLENTE**

Wilson Fortes

Alfredo Gulin

Basílio Zanusso

**DO MDB:****TITULARES**

Jayme Rodrigues Carvalho  
 Nilso Sguarezi

**SUPLENTE**

Hélio Manfrinato

**COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL**

**PRESIDENTE:** Basílio Zanusso

**VICE:** Lineu Turra

**SECRETÁRIO:** Lélío Guimarães Sotto-Maior

**MEMBROS DA ARENA:**

**TITULARES**

Basílio Zanusso  
 Francisco Escorsin  
 Luiz Alberto de Oliveira

**SUPLENTE**

Wilson Fortes  
 João Cioni Neto  
 David Federmann

**DO MDB:**

**TITULARES**

Oswaldo Evangelista de Macedo  
 Lineu Mansani Turra

**SUPLENTE**

Valter Pietrângelo

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**PRESIDENTE:** Aragão de Mattos Leão

**VICE:** Ernesto Dal'Oglio

**SECRETÁRIO:** Alceu Passos

**MEMBROS DA ARENA:**

**TITULARES**

Quielse Crisóstomo da Silva  
 David Federmann  
 Aragão de Mattos Leão

**SUPLENTE**

Luiz Roberto Soares  
 Gabriel Manoel  
 Ezequias Losso

**DO MDB:**

**TITULARES**

Ernesto Dal'Oglio  
 José Domingos Scarpellini

**SUPLENTE**

Otássio Pereira

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PRESIDENTE:** Quielse Crisóstomo da Silva

**VICE:** Benedito Lúcio Machado

**SECRETÁRIO:** Terezinha Moura e Claro

**MEMBROS DA ARENA:**

**TITULARES**

Quielse Crisóstomo da Silva  
 Gilberto Carvalho  
 Aragão de Mattos Leão  
 Gabriel Manoel

**SUPLENTE**

Luiz Roberto Soares  
 Accioly Neto  
 David Federmann  
 João Cioni Neto

**DO MDB:**

**TITULARES**

Benedito Lúcio Machado  
 Luiz Carlos Zuk  
 José Muggiati Filho

**SUPLENTE**

Domício Scaramella  
 Edilson Alencar Barbosa

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PRESIDENTE:** Accioly Neto

**VICE:** Enéas Faria

**SECRETÁRIO:** Rita Celestino Soares

**MEMBROS DA ARENA:**

**TITULARES**

Gilberto Carvalho  
 Accioly Neto  
 Dácio Leonel  
 Ezequias Losso  
 Luiz Roberto Soares  
 Ivan Rüppel

**SUPLENTE**

Jurandir Messias  
 Basílio Zanusso  
 Wilson Fortes  
 Jorge Sato  
 Werner Wanderer  
 Luiz Alberto de Oliveira

**DO MDB:**

**TITULARES**

Nilso Sguarezi  
 Deni Schwartz  
 Lineu Turra  
 Enéas Faria  
 Adalberto Daros

**SUPLENTE**

Waldenício Barbalho  
 Luiz Carlos Zuk  
 Otássio Pereira

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

**PRESIDENTE:** Francisco Escorsin

**VICE:** Ernesto Gnoato

**SECRETÁRIO:** José Tavares do Canto Filho

**MEMBROS DA ARENA:**

**TITULARES**

Francisco Escorsin  
 Gabriel Manoel  
 Basílio Zanusso

**SUPLENTE**

Werner Wanderer  
 Aragão de Mattos Leão  
 Ivan Rüppel

**DO MDB:**

**TITULARES**

Hélio Manfrinato  
 Ernesto Gnoato

**SUPLENTE**

Domício Scaramella

**COMISSÃO ESPECIAL PARA OFERECER SUGESTÕES À REFORMA DOS CÓDIGOS: Civil, Processo Penal, Penal e Lei das Contravenções**

**PRESIDENTE:** Accioly Neto

**MEMBROS DA ARENA:**

Ezequias Losso  
 Accioly Neto

**DO MDB:**

Fidelcino Tolentino

**COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDAR A SITUAÇÃO DO I.A.M.**

**MEMBROS DA ARENA:**

Luiz Gabriel Sampaio  
 Luiz Alberto Oliveira  
 Ezequias Losso

**DO MDB:**

Nilso Sguarezi

Fidelcino Tolentino

**COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR AS CAUSAS DO INCÊNDIO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**

**PRESIDENTE:** Ernesto Dal'Oglio

**MEMBROS DA ARENA:**

Ivo Thomazoni  
 Leopoldo Jacomel  
 SUPLENTE ARENA:  
 Fabiano Braga Cortes

**DO MDB:**

Ernesto Dal'Oglio

**SUPLENTE MDB:**

Edilson Alencar Barbosa

**COMISSÃO ESPECIAL PARA OFERECER SUBSÍDIOS PARA A QUESTÃO LIMÍTROFE ENTRE PARANÁ E SÃO PAULO**

**PRESIDENTE:** Maurício Fruet

**MEMBROS DA ARENA:**

TITULARES:  
 Accioly Neto  
 Dácio Leonel  
 Luiz Roberto Soares  
 Ezequias Losso

**DO MDB:**

**TITULARES**

Maurício Fruet  
 Muggiati Filho  
 Waldenício Barbalho

**SUPLENTE ARENA:**

Luiz Alberto Oliveira  
 Ivan Rüppel

**SUPLENTE MDB:**

Lineu Turra  
 Jayme Rodrigues de Carvalho

**PORTARIA:**

Portaria nº 244/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

I — revogar, a Portaria nº 379/75, de 18/07/75, que designou ALCEU RAMOS, matrícula 363, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Diretoria Geral; e, II — designar, o funcionário acima referido, para prestar serviços no Serviço de Cerimonial.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de maio de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo — diretor geral